

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
POSMEX**

SILVANA LUNA DE ANDRADE

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGRICULTURA FAMILIAR E POVOS
TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS.**

RECIFE/PE

2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO,
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
- POSMEX**

SILVANA LUNA DE ANDRADE

**DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGRICULTURA FAMILIAR E POVOS
TRADICIONAIS: UMA ANÁLISE EM TORNO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO TOCANTINS.**

Dissertação para obtenção de grau de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – Na linha de pesquisa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural, sob orientação do Prof. Dr.º Paulo de Jesus.

RECIFE/PE

2016

Ficha catalográfica

A553d Andrade, Silvana Luna de
Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos
tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e
extensão rural no estado de Tocantins / Silvana Luna de Andrade. –
Recife, 2015.
102 f. : il.

Orientador: Paulo de Jesus.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Educação, Recife, 2015.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Extensão rural 2. Assistência técnica 3. Povos
tradicionais
4. Agricultura familiar 5. PNATER 6. Desenvolvimento local
I. Jesus, Paulo de, orientador II. Título

CDD 630.717

SILVANA LUNA DE ANDRADE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Extensão rural e Desenvolvimento Local – POSMEX – da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE – Na linha de pesquisa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural.

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. Paulo de Jesus (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof.^a. Dr.^a. Irenilda de Souza Lima (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof.^a. Dr.^a. Joanna Lessa Fontes Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a:

Genival Bezerra de Andrade e Maria José

Luna de Andrade, meus pais.

Josimar Santos de Almeida, meu esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, em minha colocação de filha, por estarem fielmente ao meu lado durante toda essa jornada, por terem me erguido em suas mãos nas horas que fraquejei, chorei e pensei em desistir; guiando-me com a luz do Espírito Santo em busca desse sonho prometido e realizado na hora certa.

Aos meus pais Genival Bezerra de Andrade e Maria José Luna de Andrade, meus eternos incentivadores na vida, por acreditarem em tudo que eu sempre quis conquistar, por mostrarem sempre os melhores caminhos, por minha educação, definitivamente os pais são anjos de Deus. Meus heróis.

Ao meu irmão Genival Filho (Val) que sempre esteve disposto a me ajudar em sua maneira singular. A minha cunhada Gerlangi por sua vontade de sempre crescer e batalhar por seus sonhos.

Ao meu amado e querido esposo Josimar Santos de Almeida, presente de Deus para mim. Por todas as horas que esteve disposto a me compreender, pela paciência, companheirismo e confiança. Pelos sonhos mais uma vez compartilhados e encorajados aos desafios.

A todos meus familiares, em especial às minhas queridas avós Maria Gomes (Vó Maria) e Josefa Ferreira (Nailde) – in memoria, por suas coragens de viver e demonstrar força e fé até o fim. A minha querida tia Zilda (Tia Zil), pelo carinho e amorosidade de sempre, suas palavras sempre me fazem muito bem.

Aos meus queridos mestres do Programa de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Posmex, Paulo de Jesus e Irenilda Lima, primeiro por acreditarem nesse meu sonho, pela confiança em todos os momentos depositada, pelo carinho e amor enorme que chega a não caber em vocês, e isso se transforma em cada gesto e palavras em

sala de aula. A professora do Departamento de Ciências Domésticas, Zênia Tavares pelas oportunidades e discordâncias (hoje sei o quanto foram oportunas).

Aos colegas da turma Posmex 2013, pelos breves encontros e inesquecíveis amizades, em especial a Vera Lúcia, Maurício Siqueira e Lúcia Monteiro, por me nortearem mesmo de longe, por nunca me esquecerem nos momentos que mais precisei, toda minha gratidão, queridos amigos.

Aos valiosos funcionários do Departamento de Educação, Jerri e Darcy pelo carinho matinal e disponibilidade.

A minha família de coração: Enoque e Guiomar Almeida, minhas irmãs Carina e Alice Almeida, por todo apoio, encorajamento e amor demonstrado nessa adoção. A minha irmã e amiga Sinomara Mendes, por toda compreensão e cumplicidade (Até ficarmos velhinhas, lembre-se). Amo vocês.

Aos meus queridos Kiara Lubick e Jair Maldaner por todo carinho, confiança e acolhimento no Estado do Tocantins. Por todas alegrias reinventadas que me proporcionaram diante da distância dos familiares, costumes e tradições deixadas em Pernambuco. Vocês são exemplos de humildade.

As amigas de luta e encorajamento, Michelle Maciel, Simone Bernardo e Janaína Melo. Vivianne Mendonça, por todo carinho e acompanhamento nessa trajetória. Aos corajosos e estimuladores em acreditar na extensão rural tocantinense: Rynelands Silva, Carina Géssika, Berg Santiago, Nailde Silva e Elisangela Maria Lopes.

Ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, á todos colegas de trabalho do escritório Regional de Araguaína ao qual faço parte, em especial Rubiane Castro, Angelo Daniel, Augusto Carvalho, Grassumilda Rosado e Marciete Duarte, cúmplices das minhas suposições, correções dissertativas e de bons papos nas experiências vivenciadas. A todos/as colegas do escritório local de Araguaína, em especial Wandro Cruz, pelas experiências compartilhadas no campo e as conversas valiosas, Aldenisa Carvalho e Atilena Braga Carvalho, pelo carinho desde sempre. Ao amigo Hugo Castro do escritório de Santa Fé do Araguaia, pela força e palavras de incentivo contínuo. Ao meu querido chefe

Rolston Oliveira pela compreensão e discernimento nas horas que mais precisei. Aos colegas do escritório central de Palmas, por todas as informações prestadas, em especial o setor do RH, Patrícia de Mello Gomes, e da área social, Rosineide Gomes Vieira. Ao querido amigo Dyego Santana Reis.

A minha querida Ana Paula Eufrásio, pela simpatia, carinho, amizade e acolhimento de sempre.

Por fim, a todos os extensionistas rurais do quadro de servidores do Ruraltins que com todo imenso carinho e compreensão, bem como confiança depositada em colaborarem para este trabalho.

Resumo

O estudo pretendeu analisar as práticas extensionistas dos servidores do Estado do Tocantins vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – TO, especificamente no que concerne à concepção do Desenvolvimento Local e à compreensão em torno dos Povos Tradicionais da região. Privilegiou-se como referência a Política Nacional de Assistência Técnica Rural – PNATER. A pesquisa foi de base qualitativa, desenvolvida a partir de uma caracterização das relações e práticas que envolveram os profissionais da extensão rural. Para a coleta de dados, foram usados questionários semiestruturados com extensionistas rurais da assistência técnica do Estado do Tocantins, especificamente profissionais vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado – Ruraltins; também se recorreu a pesquisa documental e entrevistas informais. Os resultados da presente pesquisa revelaram dificuldades na construção dos serviços prestados pelo Instituto, com reflexos na concepção e na concretização de desenvolvimento local, assim como na concepção em torno de povos tradicionais e no serviço a eles prestado. Recomenda-se o desenvolvimento de mais estudos, enfatizando mais as conjunturas nas quais se apresentam a realidade das atividades extensionistas, visto ser esse serviço uma ferramenta eficaz e necessária quando se trata do acompanhamento, dialogicidade e compreensão dos atores que compõem o cenário da agricultura familiar e especificamente os povos tradicionais.

Palavras chaves: Extensão Rural. Assistência Técnica. Povos Tradicionais. Agricultura familiar. PNATER. Desenvolvimento Local.

Abstrat

The study aimed to analyze the extensionist practices of the State of Tocantins servers linked with the Rural Development Institute of the State of Tocantins - TO, specifically regarding the Local Development conception and understanding around the Traditional Peoples of the region. The National Policy for Rural Technical Assistance was privileged as a reference - PNATER. The research was conducted under qualitative basis and developed from a characterization of relationships and practices involving professionals in the extension. To collect data it was used semi-structured questionnaires made with rural extensionionists of technical assistance from the State of Tocantins, particularly professionals related to the Rural Development Institute of the State - Ruraltins; also resorted to desk research and informal interviews. The results of this research revealed difficulties in the construction of the services provided by the Institute as it reflected in the design and implementation of local development as well as the design around traditional peoples and the service they provided. This study recommended the development of further studies, with more emphasizing over the situations in which they present the reality of extension activities once this service is seen as an effective and necessary tool when it comes to monitoring, dialog and understanding of the actors who make up much of family farming and specifically traditional peoples.

Key words: Rural Extension. Technical Assistance. Traditional Peoples. Family farming. PNATER. Local development.

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas

ANAEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica

ANCAR - Associação de Credito e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CONORTE - Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Região Norte

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DL – Desenvolvimento Local

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GO - Goiás

IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Social

MIQBC - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco

MMA – Ministério de Meio Ambiente

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PDA - Plano de Desenvolvimento de Assentamentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

SAF- Secretaria de Agricultura Familiar

TO - Tocantins

UD - Unidade Demonstrativa

ULES – Unidade Local de Execução de Serviços

SUMÁRIO

A - INTRODUÇÃO	14
(i) OBJETO	17
(ii) JUSTIFICATIVA	17
OBJETIVO GERAL	24
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
A1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
B - O SURTIR DE UM NOVO ESTADO NO CENTRO DO PAÍS: O TOCANTINS	30
C - AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NO ESTADO DO TOCANTINS: O CASO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS – RURALTINS	50
C.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS/AS EXTENSIONISTAS	51
C.2 - SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DIÁRIA E EXPERIÊNCIAS COM POVOS TRADICIONAIS	55
a) - Atividades desenvolvidas na área <i>social</i> como Extensionista – Ruraltins	55
b) - Atividades desenvolvidas na área <i>ambiental</i> como Extensionista – Ruraltins	57
c) - Atividades desenvolvidas na área de <i>produção agropecuária</i> como Extensionista – Ruraltins	60
C.3 - EXTENSIONISTAS RURAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS POVOS TRADICIONAIS DO TOCANTINS	61
D - A RELAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	70
E - CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE	95

A - INTRODUÇÃO

Após algumas décadas, as práticas da assistência técnica rural no cenário brasileiro, historicamente parece que ficaram mais ou menos alijadas ou foram prejudicados pelo processo de modernização de uma agricultura ancorada, política e ideologicamente, no que se convencionou chamar de Revolução Verde. Grandes transformações ocorridas na nossa agricultura deram-se a partir dos anos 60 com a implantação da chamada Revolução Verde, cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de “variedades de alto rendimento e insumos agrícolas” necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançasse níveis crescentes de produtividade, aumentando as desigualdades entre os agricultores/as (CAPORAL, 2004).

A Revolução Verde contribuiu para elevar a produtividade agrícola, mas promoveu o desflorestamento de grandes áreas, perda de solo, redução da biodiversidade, poluição e redução do volume de corpos d’água causaram graves danos ao meio ambiente e à saúde persistindo ainda a fome, causando a exclusão social.

Neste contexto, a revolução verde na prática da assistência técnica e da extensão rural foi exercida por muitos anos tendo como base a ideia de que o conhecimento tecnológico, a difusão de novas técnicas agropecuárias e o apoio financeiro através do crédito que há muito tempo acreditou-se que contribuiria para o aumento não só da produção, mas para a melhoria das condições de vida do meio rural; o que de certa maneira acarretou no uso indiscriminado de defensivos junto aos pacotes tecnológicos oferecidos no mercado.

Hoje, no novo cenário da conjuntura brasileira, as práticas das atividades extensionistas trazem um modelo que parece atender mais claramente os seguimentos do meio rural brasileiro, como a agricultura familiar, por exemplo, que durante anos foi quase sempre relegada em termos de políticas públicas quando comparada a outros setores da agropecuária. Tal categoria passa a receber destaque especial, visto que é através da agricultura familiar que seus componentes fortalecem a economia e a cultura local e seus hábitos alimentares.

Nos últimos anos, algumas modificações criadas revelavam-se importantes, na medida em que rompiam com os costumes históricos da extensão rural. O processo educativo, até então, utilizado para “levar” mudanças, passava a ser substituído, ao menos em termos de discursos, pelo “processo educativo dialógico”. A população rural, antes vista como depositária do conhecimento dos técnicos, passa a ser considerada como “agente ativo e responsável pelo próprio progresso”.

Paulo Freire (1975) ao denunciar e analisar o equívoco da comunicação estabelecido

no processo educativo destaca que o fazer educativo não é um ato de transmissão sistemática ou de extensão sistemática do saber. Em lugar da transferência do saber, a educação é uma situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. A educação é comunicação, é diálogo. É um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

A metodologia de extensão rural foi então reelaborada a partir de uma concepção educativa, que considera extensionistas e agricultores protagonistas de uma ação transformadora, na qual os extensionistas assumem o papel de mediadores do processo de mudança e as agricultoras e agricultores familiares, o de sujeitos do seu próprio desenvolvimento.

Todas essas concepções recentemente tiveram considerável impulso, ao que parece, a partir do surgimento da implantação da nova Política Nacional de Assistência Técnica Rural – PNATER Criada no ano de 2003, como política de Governo, com a finalidade de melhorar alguns indicadores, como a qualidade de vida, atrelada a assistência técnica qualificada e sintonizada com as necessidades de agricultores/as familiares em suas diversas facetas. Foram disponibilizados, deste modo, princípios e diretrizes que nortearam a Política Nacional de Ater para a então implantação da lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, na qual ficou Instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, agora como Política de Estado. E o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

A PNATER (2003) é fruto da ação e pressão dos Movimentos Sociais, agricultores familiares, ONG's, extensionistas engajados na construção de uma agricultura baseada nos paradigmas da Agroecologia¹, da ação coletiva pautada pela participação cidadã para atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável e abre caminhos mais precisos para um possível desenvolvimento local. (FIDELIS et al, 2010)

Assim, temos também como ponto importante alguns princípios que orientaram a construção da PNATER de 2003 e que se fez necessário para alcançar e abranger todos os povos existentes e arreigados de costumes em cada canto da região brasileira, que anseiam de um serviço assegurado de ATER diferenciado, e que antes não eram percebidos dentro deste

¹ Segundo Francisco Caporal (2009, pag. 88), a agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística.

panorama, que são os *povos tradicionais*. Assim temos dentre tantos, o de “assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, *extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF*, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar. (PNATER, 2003). Assim sendo, a partir do momento que esta nova visão foi direcionada em especial a tais categorias existentes de maneira peculiar, isso levou a crer em novas e apropriadas possibilidades de ser desenvolver de forma mais segura e eficaz, atividades direcionadas a essas categorias.

Não menos importante, mas parte significativa das atividades voltadas às práticas extensionistas, o Desenvolvimento Local é ansiado e percebido como elemento integrante do processo da construção libertadora em busca de melhores condições de vida, seja ela ambiental, social ou econômica.

Paulo de Jesus (2003) acrescenta que o “desenvolvimento local pode ser entendido” como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local.

Assim sendo, a PNATER de 2003 parece ter contribuído para abrir novos caminhos para que se pudessem ser trabalhados e ansiados mais novos e possíveis caminhos, não só voltados ao desenvolvimento local, mas tantos outros de significados expressáveis que compõem este cenário.

No entanto, a PNATER de 2003 pode ser considerada como Política Pública de Governo², pois foi concebida e implementada a partir do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Em 2010, o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.188, de 11.01.2010 (BRASIL, 2010) que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Assim, segundo na PNATER (2010), ficou estabelecida no Art. 3^o seus princípios; na qual foi baseada via diretrizes estabelecidas anteriormente no ano a de 2003, temos assim:

² Políticas Públicas são consideradas o Estado em ação. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estas políticas são de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade, relacionada à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

- I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. ”

Isto nos remete a acreditar em uma política de assistência técnica e de extensão rural na qual parece querer promover nas mais variadas áreas que por ventura possa abarcar os trabalhos de acompanhamentos diários disponibilizados ao público da agricultura, em prol de melhorias ligadas às esferas que compreendem principalmente os serviços de ATER.

(i) OBJETO

Dada a vinculação profissional da pesquisadora como Extensionista Rural no Instituto Ruraltins do Estado do Tocantins, o objeto da presente pesquisa centra-se nas práticas extensionistas desenvolvidas no contexto daquele Estado. Daí como questão central do problema de pesquisa:

Como os/as extensionistas rurais do Estado do Tocantins concebem Desenvolvimento Local e como se manifesta a coerência de tal concepção em sua atuação, especialmente junto aos segmentos da agricultura familiar e povos tradicionais?

(ii) JUSTIFICATIVA

O Tocantins, Estado mais novo da nação brasileira, é conhecido como uma terra nova, de novas possibilidades e oportunidades; é atrativa para migrante, sendo inclusive um território de lindas belezas naturais cortadas por rios e clima quente. O Estado é conhecido principalmente por ser berçário de um agressivo modelo expansionista de agro exportações e marcada por recordes de hiper- superávits. Dentro deste contexto agroexportador tem-se no Estado do Tocantins uma das principais culturas de exportação que é a soja em grão, após, vem com cerca de 10% a carne bovina e por último, representando 1% de outros, revelando sua forte inclinação agropecuária. (PORTAL BRASIL, 2014).

Com uma economia basicamente voltada ao plantio, destaca-se também a categoria da agricultura familiar, que atualmente conta com o principal órgão governamental Estadual de assistência técnica rural, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS, prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado.

O Ruraltins é uma autarquia criada pela Lei n.º 20/89, de 21 de abril de 1989, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que tem como missão: “Contribuir de forma participativa para o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que assegurem a construção do pleno exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida”. (RURALTINS, 2014).

São beneficiários diretos dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Estado do Tocantins, os produtores (as) rurais e suas famílias, preferencialmente, os agricultores de base familiar, dentre eles os assentados da reforma agrária, os quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas e povos indígenas (RURALTINS, 2014).

Ainda de acordo com a Lei nº 20, respectivamente o art. 1º, enfatiza que – “O Ruraltins foi criado e destinado à execução dos serviços de assistência técnica ao crédito, classificação de produtos, fiscalização, experimentação, pesquisa e desenvolvimento da tecnologia agrícola, organizacional rural e afins. Criado como órgão da administração indireta do Estado, vinculado ao Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Estado da Economia, sob a forma de autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira” (RURALTINS, 1989).

Dentre o quadro de funcionários á representações de extensionistas Rurais das seguintes áreas: Assistência Social, Economia Doméstica, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia de Pesca, Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Zootecnia e Técnicos Agropecuários.

Igualmente, as atribuições do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - RURALTINS são:

- O apoio às atividades rurais-agrícolas, pecuárias, pesqueiras e de indústria rural, em todas as suas fases e manifestações;
- O exercício da assistência técnicas aos produtores rurais e ao crédito rural;
- A fiscalização da atividade rural, do uso e da qualidade das sementes, mudas vegetais, outros fatores da produção;

- A classificação dos produtos rurais de origem vegetal e animal;
- A experimentação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, incluindo a biotecnologia a conservação do solo e preservação dos recursos naturais;
- A assinatura de convênios com terceiros, pessoas jurídicas de direito público ou privado e pessoas naturais, visando recebimento de recursos ou a delegação de atribuições;
- Ativar em todo o Território do Estado o processo de regularização fundiária, nos casos em que haja interesse direto do Poder Estadual;
- A defesa sanitária animal e vegetal e a projeção da flora e da fauna;
- A organização rural dos produtores e o;
- O exercício de atividade afim (BRASIL, Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins).

Neste cenário da assistência técnica rural do Estado do Tocantins, com a finalidade de atender principalmente as famílias produtoras rurais, faz-se pertinente e necessário destacar a importância e significância encontrada nesse território tocantinense e que de certa maneira encontra-se incluso nesta categoria de assistidos/as pela ATER do Tocantins, que são os povos tradicionais. No dia-dia é fácil de serem encontrados tanto na cidade como nas zonas rurais, a procura pelos serviços de ATER faz parte do cotidiano e visitas dos/as extensionistas do instituto a essas comunidades diferenciadas que se encontram englobadas neste panorama.

Sendo assim, levando em consideração a importância do órgão Estadual, as práticas que o envolvem, os profissionais e toda essa conjuntura construída e formada, parece justificável e faz-se necessário investigar alguns fatos, buscando entender os contextos que levam os significados adquiridos pela prática da Assistência Técnica nos processos da Extensão Rural por meio dos extensionistas; e com isso saber como se apresenta a concepção dos mesmos sobre o desenvolvimento local, e de que maneira os povos tradicionais são assistidos e compreendidos.

Segundo o atual presidente do Ruraltins, *Pedro Dias Correia*, o maior e principal desafio do Instituto atualmente, baseada na necessidade e importância que o Ruraltins tem para o produtor de um modo geral, em especial o agricultor familiar seria motivar o quadro de servidores, principalmente o quadro técnico direcionadas as condições de trabalho. Ainda enfatiza que atualmente o maior patrimônio do órgão são os extensionistas, mas infelizmente encontram-se com a autoestima baixa. Acredita ele, que isso é muito mais em função da falta de condições de trabalho do que propriamente a questão da remuneração. Deste modo, crer que por meio de uma reestruturação do órgão, o mesmo tenha capacidade técnica e financeira de desenvolver sua missão que é promover o fortalecimento da agricultura familiar, por meio

da produção diversificada de alimentos e a geração de emprego e renda. (RURALTINS, 2015).

Nesse cenário, que se 3 a agricultura familiar, os povos tradicionais do Estado do Tocantins os quais muitos são produtores rurais, as políticas de Extensão Rural e principalmente a PNATER, na perspectiva do desenvolvimento local, é de se perguntar:

Como os/as extensionistas rurais do Estado do Tocantins concebem Desenvolvimento Local e como se manifesta a coerência de tal concepção em sua atuação, especialmente junto aos segmentos da agricultura familiar e povos tradicionais?

Nesta perspectiva faz-se necessário nos remetermos a alguns fatos históricos da nossa cultura brasileira, como a exemplo, ao sistema agrícola brasileiro no qual começou a surgir com o complexo cafeeiro, no final do ciclo britânico. Antes, as atividades agropecuárias não haviam chegado a formar qualquer nexos sistêmico. E a maneira como as elites dirigentes aboliram a escravidão e importaram colonos para as lavouras de café teve o mesmo sentido histórico da “segunda servidão” do Leste europeu. Houve um amplo pacto para impedir que o povo negro e os imigrantes europeus e japoneses tivessem acesso á terra. Foi preciso esperar a crise de 29, e a longa depressão que se seguiu, para que uma parte do colonato pudesse comprar os lotes colocados á venda por fazendeiros falidos (VEIGA, 1996).

Sobre a crise de 1929, enfatiza Argemiro Brum (1998, p. 173-174):

[...] com forte impacto negativo sobre o café: a queda da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929, ‘Tudo o que parecia sólido se desmanchou-se no ar’. Fortunas evaporaram-se quase da noite para o dia. Os Estados Unidos eram o nosso principal comprador de café. Além de ser o maior consumidor, fazia também a intermediação no comércio mundial.

Paralelamente a isso, havia se formado um imenso excedente populacional que logo passou a exercer forte pressão para ter acesso a essas terras.

Assim, durante os 20 anos de ditadura militar, a saída encontrada pela população rural excedentária foi o movimento migratório, principalmente para as regiões de fronteira, onde procuravam se fixar como posseiros.

O Modelo agrário lançado nos anos 1950 através do plano de metas, pelo então atual presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, teve como objetivo, trazer o desenvolvimento de forma absoluta para o Brasil, adotando como progresso econômico do país a industrialização,

e assim, tentar realizar 50 anos de progresso em apenas cinco de governo, o famoso “50 em 5”.

Trocar uma maneira já existente de produção por outra na qual ainda era desconhecida por boa parte da população brasileira, e ainda espelhar-se em países como os Estados Unidos e os da Europa, para assim firmar a consolidação da industrialização brasileira e trazer o “desenvolvimento”, isto fundamentada na iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeira, Juscelino estimulava abertamente no país a entrada de empresas multinacionais, independente da forma como era introduzido. Por sua vez, esse processo pode ser defendido como um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, em ritmo superior aos padrões históricos tradicionais, com o objetivo de diminuir a distância de nível de industrialização e renda em relação aos países considerados desenvolvidos.

Desta maneira, ao longo dos anos, notamos que essa forma de buscar o “desenvolvimento” inspirado no capitalismo que crescia cada dia resultou em vários problemas, entre eles, o da exclusão social dos grupos populares, reflexos da então chamada revolução verde que acabava de ser implantada.

Ao mesmo tempo em que modernizou a agricultura em alguns países subdesenvolvidos, a Revolução Verde elevou a dependência em relação aos países mais ricos que detinham a tecnologia indispensável ao cultivo das novas sementes e forneciam os insumos necessários para viabilizar a produção.

Assim sendo, uma das grandes transformações ocorridas na nossa agricultura, a partir dos anos 50, foi resultado da implantação da chamada Revolução Verde, cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançasse níveis crescentes de produtividade, também aumentou as desigualdades entre os agricultores – algumas fazendas cresceram á custa de outras – e isso simplificou a agricultura de tal forma que comunidades rurais perderam muitas fontes de alimento, combustível e adubos naturais que utilizava fazia tempo (CAPORAL, 2007).

Diante do exposto, nos últimos anos, fez-se necessário repensar novos métodos, processos e programas destinados à agricultura Brasileira, na qual apresentasse e oferecesse subsídios diferentes e diversificados no campo, tanto na maneira de produzir como na forma de envolver a família como unidade produtora. Começasse a partir de então a se pensar na agricultura de base familiar; que de acordo com Wanderley (2009, p. 14).

A agricultura familiar é caracterizada pelo envolvimento da família em todo trabalho requerido pela propriedade. Dessa forma, a maneira como a agricultura familiar atua economicamente e socialmente é decorrente da relação entre a produção familiar e trabalho.

Visto que é também através da agricultura familiar que seus componentes fortalecem a economia e a cultura local, além de seus hábitos alimentares; gerando cooperação e fortalecimento dos meios produtivos, isto de certa forma afasta a fome do meio rural, onde por muito tempo, grande parte da população rural ficou sob monitoramento de um sistema “insustentável”, baseada em uma agricultura extensiva e excludente.

Tem-se assim, ao longo dos anos, o fortalecimento da agricultura familiar que vem sendo discutida e implementada pelo governo Federal em prol de uma agricultura mais segura e sustentável. A fim de amenizar, reorganizar e criar um sistema agrícola diferenciado, deixando aos poucos alguns modos oriundos da revolução verde, e passa-se a apostar em uma nova forma de conduzir as relações homem – campo; é o que explica Paulo Freire (1982, p.87), através do chamado processo de extensão rural, quando:

[“...] ela deve ser realizada considerando as relações interpessoais e as relações com o meio ambiente em que o agricultor está inserido, o diálogo deve ser encarado como instrumento importante para construção de conhecimento”. Assim, o processo de extensão será realizado, voltado para a libertação dos agricultores, em vez de ser mais um instrumento de domesticação popular.

Com isso, algumas particularidades tornam-se bastantes expressivas e significantes ao olhar da agricultura de base familiar, uma delas é relacionada ao desenvolvimento local, que para Paulo de Jesus (2007, p.28).

O desenvolvimento local são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar, que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais.

Neste contexto, faz-se necessário comentar que algumas dessas mudanças ocorridas na qual foram possíveis principalmente graças à nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER – implantada. Ela nasceu da necessidade de um novo modelo de extensão rural para Brasil, que segundo Felipe Lima (2011) consisti em um modelo que atendesse principalmente os seguimentos do meio rural brasileiro que historicamente ficaram alijadas ou foram prejudicados pelo processo de modernização de uma

agricultura ancorada, política e ideologicamente, no que se convencionou chamar de Revolução Verde.

A PNATER de 2003, neste sentido, é fruto da ação e pressão dos Movimentos Sociais, agricultores familiares, ONG's, extensionistas engajados na construção de uma agricultura baseada nos paradigmas da Agroecologia, da ação coletiva pautada pela participação cidadã para atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável, à qual veio a ser instituída e sancionada como lei em vigor - 12188/2010. No entanto, é notório que no ano de 2003, foi um momento ímpar na sua história, onde houve a consolidação via governo democrático e popular abertura de um caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas, de modo que se estabeleceram possibilidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral ficassem à disposição da população, e foi neste marco de reconstrução do Estado democrático que as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, foram direcionadas e construídas, via princípios e diretrizes da ATER que surgia no Brasil.

É sabido também que a lei 12.188/2010 quando foi promulgada, muitos termos e colocações direcionadas até então na Pnater-2003 na qual incorporou mudanças que vinham sendo sugeridas havia anos, entre outras coisas uma orientação fundamental para os tempos atuais, como por exemplo, a de promover o desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da Agroecologia; Neste contexto, a Lei de Ater não conta com legitimidade sociopolítica ao desconsiderar o conteúdo da Pnater-2003 sem que houvesse participação social no processo de sua elaboração até então na de 2010. Por fim, registre-se o retrocesso evidente da Ater em relação ao apoio que as entidades vinham dando a processos de transição com base nos princípios da Agroecologia (CAPORAL, 2011).

No entanto, a mesma deve assegurar com exclusividade aos agricultores familiares, Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, Estabelecer um modo de gestão capaz de Adotar uma democratizar as decisões, desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (PNATER, 2003).

Sendo assim, no que se concerne serviços públicos de extensão rural eles também sofreram modificações e se moldaram ao longo dos anos com o propósito de dar conta desses novos desafios, e, portanto, passaram a ser executados mediante o uso de metodologias

participativas, os quais seus agentes deveriam desempenhar um papel educativo, atuando como facilitadores dos processos de desenvolvimento rural sustentável, privilegiando o potencial endógeno das comunidades e territórios.

Á luz da questão do problema e sua problematização acima brevemente caracterizados, a pesquisa teve os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas extensionistas dos/as servidores/as do Estado do Tocantins vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – TO, especificamente no que concerne à concepção do Desenvolvimento Local e à compreensão em torno dos Povos Tradicionais da região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Caracterizar a partir da pesquisa documental e relatos, a criação do Estado do Tocantins e nele o sistema de Extensão Rural implantado;
2. Caracterizar e analisar as práticas extensionistas desenvolvidas pelo RURALTINS e sua relação com o Desenvolvimento Local;
3. Apresentar a compreensão que os/as extensionistas possuem ou acreditam ter em relação aos povos tradicionais e Desenvolvimento Local.

A1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido como estudo de caso, por conceber uma estratégia de investigação para estudar e compreender, minuciosamente determinadas situações organizacionais, por meio de uma análise detalhada de uma determinada unidade social (GODOY, 1995). Para Yin (1989) apud GODOY (1995).

(...) é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência (1995, p. 25).

Deste modo, para a investigação da temática apresentada, teve como referência o Estado do Tocantins, especificamente o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado –

Ruraltins, responsável por representar a principal organização governamental responsável pelas políticas extensionistas no Estado.

A ideia de realizar o estudo deu-se a partir das observações vivenciadas pela pesquisadora nas práticas extensionistas diárias no campo, principalmente no que se refere aos povos tradicionais situados no Estado.

Buscou-se entender e compreender as práticas extensionistas relacionadas aos povos tradicionais, bem como a ligação e ideia que prevalece entre extensionistas do Tocantins sobre desenvolvimento local. A coleta de dados ocorreu a partir do ano de 2014 e foi desenvolvida entre os/as extensionistas rurais que integram as sete unidades regionais e uma equipe central que compõem o RURALTINS. As cidades sedes das regionais foram respectivamente: Araguaína, Araguatins, Gurupi, Miracema, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Taguatinga; a unidade central está localizada na capital Palmas.

Para a realização da coleta dos dados da pesquisa, foram utilizados questionários semiestruturados com os extensionistas rurais; onde a coleta de dados foi feita a partir de um questionário semiestruturado, via junção de perguntas fechadas e abertas e segundo Minayo (2004, p. 108): “

“O questionário semiestruturado “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisado.”

Deste modo, a amostra foi assim definida:

- 1 profissional da área de *produção agropecuária*,
- 1 da área *ambiental* e mais
- 1 da *área social*, somando.

Assim, trabalhou-se com um total de 3 profissionais por escritório regional. Como no Estado de Tocantins existem 7 (sete) escritórios Regionais e 1 (um) central do Ruraltins, o número de participantes ou a amostra foi de 24 participantes. Essas escolhas na quantidade de amostras por escritório se deram levando em consideração a quantidade de profissionais existentes no quadro fixo de funcionários a qual representa o instituto atualmente. Também foi sabido que se aumentasse o número de profissionais por área, algumas dessas categorias não teriam representações quantitativas suficientes.

Para entender o processo de caracterização da implantação do sistema de extensão rural no Estado, foram realizadas conversas informais com funcionários que acompanharam todo processo estabelecido, estas com o intuito de compreender tal realidade.

A metodologia desenvolvida se classifica, pois, como qualitativa porque houve a preocupação em analisar e interpretar situações mais densas, expondo a complexidade do comportamento social, inclusive favorecendo apreciação mais minuciosa sobre costumes, hábitos e intenções de comportamentos (MARCONI & LAKATOS, 2009). Segundo Minayo (1994) *apud* (CHIAPETTI, 2010) a pesquisa qualitativa é importante quando:

“Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.144).

Ainda sobre a amostra, a escolha dos/as participantes se deu de forma aleatória, com o intuito de não apontar ou aparecer entre os/as escolhidos/as, profissionais com mais e/ou menos experiência nos assuntos que iriam ser abordados, e para que não gerasse desconforto entre os/as colegas de trabalho, e/ou manipulação nas escolhas, visto que a pesquisadora é servidora da instituição. Acredita-se, no entanto, que a amostra representa o quadro de funcionários, pessoas com experiências e sem experiências de campo com povos tradicionais, visto que grande parte de funcionários que compõe atualmente o quadro de funcionários do instituto foram convocados via concurso público efetivo á exatamente 2 anos atrás (2013).

Os questionários foram encaminhados via e-mail, alguns direcionados aos endereços de e-mails pessoais e outros pelo endereço de e-mails dos escritórios regionais, previamente comunicado aos profissionais participantes, via ligação telefônica. Acompanhado em apêndice, estes e-mails incluíram uma carta de comunicação explicando o objetivo, a importância da pesquisa e de que maneira deveria ser reencaminhada a pesquisadora. Para a escolha desses profissionais, o Instituto Ruraltins disponibilizou via setor de recursos humanos, uma lista do atual quadro de extensionistas por área. Desse modo à escolha foi realizada aleatoriamente, preocupando-se apenas em escolher representações de áreas diferenciadas desse quadro de profissionais.

Para que fossem encaminhados os questionários a serem trabalhados pelos extensionistas, foi criado assim um e-mail específico, com intuito de enviá-los, recebe-los de volta e para tirar dúvidas pertinentes que por ventura aparecessem. Ao mesmo tempo disponibilizou-se um número de telefone pessoal e do escritório regional de Araguaína, na qual a pesquisadora faz parte, sendo esta sua sede de trabalho.

A princípio, no período proposto para começarem as pesquisas no que se refere a aplicação do questionário, houve certa dificuldade devido aos períodos de eleições (1º e 2º

turno), causando em boa parte dos profissionais apreensão nas respostas dadas, mesmo sabendo que o sigilo seria evidenciado. Nesta ocasião foi pertinente esperar passar todo esse período. Assim se definiram:

QUADRO I – Caracterização da amostra da pesquisa por cidades com escritórios regionais e central participante

Tipo de participante	Localização (Municípios)	Total	Total Geral
Extensionistas da área Social	Araguaína	01	08
	Araguatins	01	
	Gurupi	01	
	Miracema	01	
	Palmas	01	
	Paraíso do Tocantins	01	
	Porto Nacional	01	
	Taguatinga	01	
Extensionistas da área ambiental	Araguaína	01	08
	Araguatins	01	
	Gurupi	01	
	Miracema	01	
	Palmas	01	
	Paraíso do Tocantins	01	
	Porto Nacional	01	
	Taguatinga	01	
Extensionistas da área agropecuária	Araguaína	01	08
	Araguatins	01	
	Gurupi	01	
	Miracema	01	
	Palmas	01	
	Paraíso do Tocantins	01	
	Porto Nacional	01	
	Taguatinga	01	
TOTAL GERAL			24

Na parte que confere as falas dos/as extensionistas que participaram da pesquisa, ficou acordado anteriormente com eles/as, que os nomes pessoais de cada um/um dos/as servidores/as ficariam em sigilo. Com isso se evitaria qualquer forma de constrangimento e inibição que por ventura acontecesse. Para isso, no decorrer das apresentações das falas nesta pesquisa, optou-se pelo uso de códigos identificadores. Deste modo, ficou caracterizada as falas:

QUADRO 2 - Caracterização da amostra da pesquisa – Área Social

	Terminologia	Definição
Área Social	ERS1	Extensionista Rural Social Araguaína
	ERS2	Extensionista Rural Social Araguatins
	ERS3	Extensionista Rural Social Gurupi
	ERS4	Extensionista Rural Social Miracema
	ERS5	Extensionista Rural Social Palmas
	ERS6	Extensionista Rural Social Paraíso do Tocantins
	ERS7	Extensionista Rural Social Porto Nacional
	ERS8	Extensionista Rural Social Taguatinga

QUADRO 3 - Caracterização da amostra da pesquisa – Área Ambiental

	Terminologia	Definição
Área Ambiental	ERA1	Extensionista Rural Ambiental Araguaína
	ERA2	Extensionista Rural Ambiental Araguatins
	ERA3	Extensionista Rural Ambiental Gurupi
	ERA4	Extensionista Rural Ambiental Miracema
	ERA5	Extensionista Rural Ambiental Palmas
	ERA6	Extensionista Rural Ambiental Paraíso do Tocantins
	ERA7	Extensionista Rural Ambiental Porto Nacional
	ERA8	Extensionista Rural Ambiental Taguatinga

QUADRO 4 – Caracterização da amostra da pesquisa – Área Agropecuária

	Terminologia	Definição
Área Agropecuária	ERAG1	Extensionista Rural Agropecuária Araguaína
	ERAG2	Extensionista Rural Agropecuária Araguatins
	ERAG3	Extensionista Rural Agropecuária Gurupi
	ERAG4	Extensionista Rural Agropecuária Miracema
	ERAG5	Extensionista Rural Agropecuária Palmas
	ERAG6	Extensionista Rural Agropecuária Paraíso do Tocantins
	ERAG7	Extensionista Rural Agropecuária Porto Nacional
	ERAG8	Extensionista Rural Agropecuária Taguatinga

B - O SURGIR DE UM NOVO ESTADO NO CENTRO DO PAÍS: O TOCANTINS

B1- ASPECTO HISTÓRICO

A História do Tocantins é uma compilação acerca dos fatos históricos que culminaram com a criação do nosso Estado, em 05 de outubro de 1988. Conhecer a Sua história é mais do que só conhecer sua criação, é também buscar entendê-lo dentro do contexto da história geral do Brasil e, principalmente, nas suas particularidades, onde se configuram sua formação social, as formas de resistências e as buscas de alternativas da população diante das adversidades.

Assim como o povoamento do país, a região a ser estudada passou pelo mesmo processo de povoamento. Primeiramente, encontravam-se sobre esse território os povos nativos designados de índios que se distinguiam um dos outros pelas tribos a que pertenciam.

No final do século XIV, durante a fase pré-capitalista, por meio das expansões marítimas, os portugueses chegam ao Brasil e instalam uma colônia de exploração, contribuindo para o processo de exploração econômica das riquezas naturais inicialmente pelo litoral (SANTOS E SILVEIRA, 2004).

Nesse momento, os nativos passaram a ter contato com os portugueses sofrendo profundas transformações ao que se refere à organização social e cultural, aos quais foram subjugados e escravizados pelos colonos e entregues aos jesuítas que passaram a ensinar a serem cristãos. Além de desbravar, explorar e povoar novas terras os colonizadores tinham também uma justificativa ideológica: a expansão da fé cristã. "Explorava-se em nome de Deus e do lucro, como disse um mercador italiano" (AMADO, GARCIA, 1989, p.09 *apud* SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014). Com a instalação das monoculturas de cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção do açúcar, produto com alto valor no mercado internacional nos séculos XV, XVI e XVII, e a construção de grandes engenhos para processar a matéria-prima o número de negros capturados e utilizados no modo de produção da época contribuiu para a miscigenação da população desse território, contudo não contribuiu para a preservação dos costumes ou até mesmo da cultura de alguns povos que desapareceram totalmente durante esse processo (ALENCASTRE, 1979).

Com o declínio do comércio do açúcar, a coroa portuguesa incentivou expedições oficiais e não oficiais para o interior do continente em busca de riquezas que poderiam beneficiar sua economia, como a busca por metais preciosos. Nesse momento, ocorrem às entradas, as bandeiras e as decididas missões.

As entradas eram expedições oficiais que tinha como objetivo mapear o território e verificar as riquezas existentes na região. As bandeiras eram expedições de cunho particular que tinha como objetivo explorar a ocorrência de metais preciosos no interior, bem como capturar índios. As descidas tinham o objetivo de aprisionar os índios e catequizá-los.

Em julho de 1722, a bandeira do Anhanguera saiu de São Paulo e, em 1725, volta com a notícia da descoberta de córregos auríferos. A partir desse momento, Goiás entra na história como as Minas dos Goyazes. Dentro da divisão do trabalho no império português, este é o título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século (CAVALCANTE, 1999) *apud* (ALENCASTRE, 1979).

Segundo Alencastre (1979), inicialmente as minas de Goiás eram jurisdicionadas à capitania de São Paulo na condição de intendência, com a Capital em Vila Boa e sob a administração de Bueno, a quem foi atribuído o cargo de superintendente das minas, com o objetivo de “representar e manter a ordem legal e instaurar o arcabouço tributário”.

Depois da fundação solene do primeiro arraial de Goiás, o arraial de Sant'Anna, esse foi o critério para o surgimento dos demais arraiais. Para as margens dos rios ou riachos auríferos, deslocaram-se populações da metrópole e de todas as partes da colônia, formando, à proporção que se descobria ouro, um novo arraial.

Nas décadas de 1730 e 1740, ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território, onde hoje se situa o Estado do Tocantins: Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738). Nos anos 40, surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e, mais tarde, Príncipe (1770), Cavalcante (1999). As pessoas que se dirigiam para a região das minas eram em maioria, e homens brancos, solteiros ou desacompanhados da família que contribuiram para a mistura de raças com índias e negras escravas. No final do século XVIII, os mestiços já eram grande parte da população e, posteriormente, foram absorvidos no comércio e no serviço militar.

Desta maneira os escravos negros, além de ser a mão-de-obra básica em todas as atividades, da extração do ouro ao carregamento nos portos, era também uma mercadoria de grande valor. Primeiro, a quantidade de negros cativos foi condição determinante para se conseguir concessões de lavras e, portanto, para um branco se tornar mineiro.

Depois, com a instituição da capitação no lugar do quinto, o escravo tornou-se referência de valor para o pagamento do imposto. Neste, era a quantidade de escravos matriculados que determinava o quanto o mineiro iria pagar em ouro para a Coroa. Mas a situação do negro era desoladora. Os maus-tratos e a dureza do trabalho nas minas resultavam em constantes fugas. A mão-de-obra indígena na produção para a exportação foi muito menor

que a negra. Isso é devido ao fato da não adaptação do índio ao rigor do trabalho exigido pelo branco, gerando uma produção de baixa rentabilidade (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014).

A produção do ouro goiano teve seu apogeu nos primeiros dez anos de estabelecimento das minas, entre 1726 e 1735. Foi o período em que o ouro aluvial aflorava por toda a região, resultando numa produtividade altíssima. Quando se iniciou a cobrança do imposto de capitação em todas as regiões mineiras, a produção começou a cair, possivelmente mascarada pelo incremento do contrabando na região, impossível de se mensurar Alencastre (1979) *apud* Secretaria da Cultura do Estado do Tocantins (2014).

Desde quando ficou conhecida a riqueza aurífera das Minas de Goyazes, o governo português tomou uma série de medidas para garantir para si o maior proveito da exploração das lavras. Foi proibida a abertura de novas estradas em direção às minas. Os rios foram trancados para a navegação, as indústrias, proibidas ou limitadas, as lavouras e a criação inviabilizadas por pesados tributos: braços não podiam ser desviados da mineração. O comércio foi fiscalizado e o fisco, insaciável na arrecadação (ALENCASTRE, 1979, P. 18) *apud* (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014).

Só havia uma indústria livre: a mineração, mas esta mesma sujeita à capitação e censo, à venalidade dos empregados de registros e contagens, à falsificação na própria casa de fundição, ao quinto [...], ao confisco por qualquer ligeira desconfiança de contrabando.

O ouro em pó podia ser usado como moeda no território das minas, mas, se saísse da capitania, tinha que ser declarado ao passar pelo registro e depois quintado, o que praticamente ficava como obrigação dos comerciantes. Estes, vendendo todas as coisas a crédito, prazo e preços altíssimos, acabavam ficando com o ouro dos mineiros e eram os que, na realidade, canalizavam o ouro das minas para o exterior e deviam, por conseguinte, pagar o quinto correspondente.

O método da casa de fundição para a cobrança do quinto seria ideal se não fosse um problema que tomava de sobressalto o governo português: o contrabando do ouro que oferecia alta rentabilidade. Das minas para a costa ou para o exterior, era sempre um negócio lucrativo que “nem o cipoal de leis, alvarás, cartas régias e provisões, nem os sequestros, devassas de registros, prêmios prometidos aos delatores e comissões aos soldados puderam pôr freio [...]”. (Palacin, 1979, p. 49) *apud* (Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins, 2014).

O grande contrabando era dos comerciantes que controlavam o comércio desde os portos, praticado [...] “por meio da conivência dos guardas dos registros, ou de subornos de soldados que custodiavam o comboio dos quintos reais”

A partir de 1730, foram proibidas todas as outras vias de acesso a Goiás, ficando um único caminho, o iniciado pelas bandeiras paulistas que ligavam as minas com as regiões do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Com isso, ficava interdito o acesso pelas picadas vindas do Nordeste - Bahia e Piauí. Foi também proibida a navegação fluvial pelo Tocantins, afastando a região de outras capitanias - Grão-Pará e Maranhão (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014).

À proporção que crescia a importância das minas, surgiram atritos com os governadores das capitanias do Maranhão e Pará,

Quando do descobrimento das minas de Natividade e São Félix e dos boatos de suas grandes riquezas [...]. Os governadores tomaram para si a incumbência de nomear autoridades para os ditos arraiais e outras minas que pudessem surgir, a fim de tomarem posse e cobrarem os quintos de ouro ali existentes (PARENTE, 1999, p. 59). *Apud* (TOCANTINS, SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014).

O resultado foi o afastamento dessa interferência, seguido da proibição, através de bands, da entrada das populações das capitanias limítrofes na região e a saída dos que estavam dentro sem autorização judicial.

De 1752 a 1778, a arrecadação chegou a um nível mais alto, por ser o período da volta da cobrança do quinto nas casas de fundição. Mas a produtividade continuou decrescendo. O motivo da contradição era a própria extensão das áreas mineiras que compensavam e excediam a redução da produtividade.

No período de 1779 a 1822, ocorreu a queda brusca da arrecadação do quinto, com o fim das descobertas do ouro de aluvião, predominando a faiscagem nas minas antigas. Quase sem transição, chegou a súbita decadência (PARENTE, 1999) *apud* (TOCANTINS, SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2014)

Para facilitar a administração, a aplicação da justiça e, principalmente, incentivar o povoamento e o desenvolvimento da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, o Alvará de 18 de março de 1809 dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (regiões): a Comarca do Sul e a Comarca do Norte. Esta recebeu o nome de Comarca de São João das Duas Barras, assim como chamaria a vila que, na confluência do Araguaia com o Tocantins, foi mandada

criar com este mesmo nome, para ser sua sede. Para nela servir, foi nomeado o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, como seu ouvidor (ALENCASTRE, 1979).

A nova comarca compreendia os julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Traíras e Flores. O Arraial do Carmo, que já tinha sido cabeça de julgado, perde a condição que foi transferida para Porto Real, ponto que começava a prosperar com a navegação do Tocantins. Enquanto não era fundada a Vila de São João das Duas Barras, Natividade seria a sede da ouvidoria. A função primeira de Theotônio Segurado era designar o local onde deveria ser fundada a vila.

Desta forma, alegando a distância e a descentralização em relação aos julgados mais povoados, o ouvidor e o povo do norte solicitaram a D. João autorização para a construção da sede da comarca em outro local. No lugar escolhido por Segurado, o Alvará de 25 de janeiro de 1814 autorizava a construção da sede na confluência dos rios Palma e Paranã, a Vila de Palma, hoje cidade de Paranã (PARENTE, 1999) *apud* (TOCANTINS, SECRETARIA DE CULTURA DO TOCANTINS, 2016). Theotônio Segurado, administrador da Comarca do Norte, muito trabalhou para o desenvolvimento da navegação do Tocantins e o incremento do comércio com o Pará. Ele assumiu posição de liderança como grande defensor dos interesses regionais e, tão logo se mostrou oportuno, não hesitou em reivindicar legalmente a autonomia político-administrativa da região.

Na segunda década do século XIX, com o fim da mineração, os aglomerados urbanos estacionaram ou desapareceram e grande parte da população abandonou a região. Os que permaneceram foram para a zona rural e dedicaram-se à criação de gado e à agricultura, produzindo apenas algum excedente para a aquisição de gêneros essenciais (PALACIN, 1989, p. 46) *apud* (SECRETARIA DE CULTURA DO TOCANTINS, 2016).

Toda a capitania entrou num processo de estagnação econômica. No Norte, o quadro de abandono, despovoamento, pobreza e miséria foram descritos por muitos viajantes e autoridades que passaram pela região nas primeiras décadas do século XIX.

A capitania nada exportava; o seu comércio externo era absolutamente passivo: os gêneros da Europa, vindos em bestas do Rio ou Bahia pelo espaço de 300 léguas, chegavam caríssimos; os negociantes vendiam tudo fiado: daí a falta de pagamentos, as execuções e a total ruína da Capitania (CAVALCANTE, 1999, p. 39).

Diante da situação, a Coroa Portuguesa tomou consciência de que só através do povoamento, da agricultura, da pecuária e do comércio com outras regiões que a capitania poderia retomar o fluxo comercial de antes. Como saída para a crise, voltaram-se as atenções para as possibilidades de ligação comercial com o litoral, através da capitania do Pará, pela navegação dos rios Tocantins e Araguaia (CAVALCANTE, 1999).

Desta maneira, Teotônio Segurado se destacou como um grande defensor dos interesses da região, quando foi ouvidor da Comarca do Norte. A criação desta comarca visava promover o povoamento no extremo norte, para fomentar o comércio e a navegação dos rios Araguaia e Tocantins.

As justificativas para a separação do Norte em relação ao centro-sul de Goiás eram, para Segurado, de natureza econômica, política, administrativa e geográfica. A instalação de um governo independente - não necessariamente em relação à Coroa Portuguesa, mas sim ao governo do capitão-general da Comarca do Sul - parecia ser o único objetivo de Theotônio Segurado. A sua posição não-independencista provocou a insatisfação de alguns dos seus correligionários políticos e a retirada de apoio à causa separatista.

Em outubro de 1821, ele transfere a Capital para Arraias, provocando oposição e animosidade dos representantes de Cavalcante. Com seu afastamento em janeiro de 1822, quando partiu para Lisboa como deputado representante de Goiás na Corte, agravou a crise interna. A partir dessa data, uma série de atritos parece denunciar que a junta havia ficado acéfala. CAVALCANTE (1999, p.64) *apud* Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins (2014).

Na ausência de Segurado, nenhuma liderança capaz de impor-se com a autoridade representativa da maioria dos arraiais conseguiu se firmar. Pelo contrário, os interesses particulares dos líderes de Cavalcante, Palma, Arraias e Natividade se sobrepuseram à causa separatista regional.

No final do século XIX e no decorrer do século XX, a ideia de se criar o Tocantins, Estado ou território, esteve inserido no contexto das discussões apresentadas em torno da redivisão territorial do País, no plano nacional. Mas a concretização desta ideia só veio com a Constituição de 1988 que criou o Estado do Tocantins, desmembrando-o do Estado de Goiás.

Surge o Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Região Norte (CONORTE), centro de estudos da região norte, apresentou à Assembleia Constituinte uma emenda popular, com cerca de 80 mil assinaturas, como reforço à proposta de criação do Estado. Foi formada a União Tocantinense, organização suprapartidária que tinha o objetivo de realizar a

conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins também, através de emenda popular.

Com objetivo similar, nasceu o Comitê Procriação do Estado do Tocantins, que conquistou importantes adesões para a causa separatista.

"O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo", reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo (SILVA, 1999, p. 237) *apud* (TOCANTINS, SEDRETARIA DE CULTURA DO TOCANTINS, 2016)

Em junho, o deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redige e entrega ao presidente da Assembleia, deputado Ulisses Guimarães, a fusão de emendas, criando o Estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia. Pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins (BARROS, 1998) *apud* (TOCANTINS, SEDRETARIA DE CULTURA DO TOCANTINS, 2016).

No Mapa abaixo, representação dos Estados brasileiros, em destaque o mais novo Estado, o Tocantins (BRASIL, SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2014).



Fonte: Portal do Tocantins, 2014.

Figura 1 – Mapa do Brasil com destaque ao Estado do Tocantins

Em ato contínuo, o governador assinou decretos, criando as secretarias de Estado e viabilizando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Justiça e de Contas.

Logo em seguida, foram nomeados o primeiro secretariado e os primeiros desembargadores. Também foi assinado decreto, mudando o nome das cidades do novo Estado que tinham a identificação "do Norte" que passaram a ser "do Tocantins". No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado, feita nos moldes da Constituição Federal. Foram criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes. Atualmente, o Estado possui 139 municípios (BARROS, 1996) *apud* (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS, 2004). A cidade de Palmas é a capital do Estado, uma cidade planejada assim como a capital do país, Brasília. Atualmente o Tocantins recebe pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo, sendo conhecida como “a terra das oportunidades” por seus altos investimentos principalmente no setor agropecuário.

B.2 – LOCALIZAÇÃO E DADOS DEMOGRÁFICOS

O Estado do Tocantins está localizado no centro geodésico do Brasil e possui uma área de 278.420,7km². Com uma população de 1.157.098 habitantes (BRASIL, IBGE, 2000), o Tocantins faz divisa com seis Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás. Por estar em uma área de transição, características climáticas e físicas tanto da Amazônia quanto da região central do Brasil e tem apenas duas estações distintas: seca e chuvosa.

Está situado a sudeste da Região Norte e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste.

De clima tropical, a vegetação predominante é o cerrado que cobre 87,8% da área do Estado e o restante é ocupado por florestas. O relevo tocantinense é formado por depressões na maior parte do território, planaltos a sul e nordeste e planícies na região central, sendo o ponto mais elevado a Serra Traíras (1.340 metros).

O Tocantins é dono de muitas belezas naturais, entre elas a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, localizada na região sudoeste do Estado, onde ainda se encontra o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional Indígena. Também fazem parte do cenário tocantinense o Parque Estadual do Jalapão, com uma vegetação que remonta há milhares de anos (BRASIL, IBAMA - 2000).



Figura 01- Ilha do Bananal



Figura 02- Parque do Jalapão

A natureza, com o passar do tempo, moldou o cenário único, formado por dunas, chapadões, cachoeiras e trilhas perfeitas para os amantes dos esportes radicais. São 159 mil hectares que protegem o ecossistema do Jalapão, com seu solo arenoso úmido e sua vegetação rala de campo de cerrado.



Figura 03: Cantão

No que se refere aos rios, o Estado possui a maior bacia hidrográfica, totalmente brasileira, está localizada no Estado - a bacia Tocantins/Araguaia. Seu principal rio é o Tocantins, cuja nascente localiza-se em Goiás, ao norte de Brasília. Dentre os principais afluentes da bacia Tocantins/Araguaia, destacam-se os rios do Sono, Palma e Manuel Alves, todos situados na margem direita do rio Araguaia. (BRASIL, Agência Nacional das Águas, 2014).

Sobre a vocação agrícola do Tocantins, a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia apresenta grande potencialidade para a agricultura irrigada, especialmente para o cultivo de frutíferas, de arroz e outros grãos (milho e soja). Atualmente, a necessidade de uso de água para irrigação corresponde a 66% da demanda total da região e se concentra na sub-bacia do Araguaia devido ao cultivo de arroz por inundação. A área irrigável (por inundação e outros métodos) é estimada em 107.235 hectares (BRASIL, Ministério dos Transportes, 2014).

Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia estão presentes os biomas Floresta Amazônica, ao norte e noroeste, e Cerrado nas demais áreas. O desmatamento da região se intensificou a partir da década de 70, com a construção da rodovia Belém-Brasília, da hidrelétrica de Tucuruí e da expansão das atividades agropecuárias e de mineração. Atualmente, o desmatamento se deve principalmente à atividade de indústrias madeireiras nos estados do Pará e Maranhão (BRASIL, Agência Nacional das Águas, 2014).

B.3 – ARTESANATOS

Com uma riqueza surpreendente, os principais artesanatos que representam o Estado são com: *Buriti e Babaçu, cerâmica, cristal, jatobá, madeira, ouro e o indígena.*

Temos assim: Da palha do babaçu e do buriti, duas espécies de palmeiras comuns na região Norte do Brasil, surgem esteiras, chapéus, cestos e uma infinidade de produtos utilizados há muito tempo pelos indígenas e pelos sertanejos tocantinenses, mas que somente agora vem ganhando status de artesanato decorativo. Das fibras podem surgir as mais variadas peças. Como coadjuvantes de outras matérias-primas servem para amarrar peças em capim dourado ou surgem como detalhes de produtos em madeira. Largamente utilizadas pelos povos indígenas e difundidas em todo o Estado, as fibras demonstram toda sua versatilidade de acordo com os costumes de cada região (TOCANTINS, Portal Tocantins, 2015).

a) - Cerâmica

Sobre a cerâmica, ela ganha tons avermelhados após levada ao forno é transformada em objetos ao mesmo tempo decorativos e utilitários. São jogos de pratos, panelas, jarros, copos, xícaras – mais de 50 itens que trazem detalhes com desenhos rupestres. Traços que se destacam pela simplicidade e delicadeza e demonstram o zelo dos artesãos que encontraram neste ofício a possibilidade de conquistar o mercado brasileiro e internacional. Sua cerâmica se destaca por um pequeno detalhe: depois da descoberta de dezenas de sítios arqueológicos na região, com o registro da presença humana em tempos pré-históricos através de pinturas rupestres e vestígios de cerâmica, seus artesãos passaram a trabalhar com os mesmos traços dos primeiros moradores da localidade (TOCANTINS, Portal do Tocantins, 2015).

b) – Cristal

Sobre o artesanato de cristal, a região no estado que trabalha com esta arte está entre as cidades de Cristalândia, Pium, Formoso do Araguaia e Duaré, que com a descoberta de jazidas do cristal de rocha (quartzo) em 1940, fez manar nessas localidades muita garimpeiros, fazendo com que ocorresse o desenvolvimento dessas cidades.

No município de Cristalândia, conhecida como cidade dos cristais, foi construída uma beneficiadora com capacidade para até 600 kg de pedras; os maiores compradores dos cristais da região são a Alemanha e Portugal.

O quartzo é um mineral abundante e que pode ser utilizado como areia para moldes de fundição, fabricação de vidro, esmalte, saponáceos, abrasivos, lixas, fibras óticas, refratários, cerâmica, produtos eletrônicos, relógios, indústria de ornamentos; fabricação de instrumentos óticos, de vasilhas químicas e etc. É muito utilizado também na construção civil como areia e na confecção de joias baratas, em objetos ornamentais e enfeites, na confecção de cinzeiros, colares, pulseiras, pequenas esculturas etc.

Hoje no Tocantins, o quartzo e o cristal podem ser encontrados em Paranã, Jaú do Tocantins, Araguanã, Xambioá, Dueré, Monte Santo, Ipueiras, Cristalândia, Pium e Araguatins. (TOCANTINS, Portal do Tocantins, 2015).

C) – Indígena

Na cultura dos povos indígenas, temos a produção artesanal rica, diversificada e que se mistura ao cotidiano. É uma das mais belas e significantes expressões da nossa arte tradicional. O povo *Iny* é excelente artesão de arte plumária (confecção de colares, brincos, braçadeiras e tornozeleiras), cerâmicas (potes, pratos, tigelas e bonecas ornamentais – ritxòò) e cestaria, que serve para transporte e armazenamento de mantimentos.

O Xerente (Akwê), considerado o povo do traçado, utiliza a seda do buriti e o capim dourado para a confecção de cestaria, bolsas e enfeites com sementes do capim tiririca (capim navalha), mulungu e sabonete.

Os timbiras se destacam com o trabalho de brincos e colares feitos de sementes nativas e do bambuzinho; utilizam nos adornos as cores básicas – vermelho e preto – e confeccionam cestos com palha de babaçu. Os motivos dos adornos são representações do que existe na fauna, flora e no cotidiano. Os conhecimentos tradicionais recebidos dos antepassados são transferidos para as gerações através da oralidade e da observação.

(TOCANTINS, Portal do Tocantins, 2014).

d) – Bonecos de jatobá

Com criatividade e consciência ambiental, a vegetação típica do Tocantins também é utilizada para produzir peças artesanais diferenciadas e, assim, gerar renda para o sustento de suas famílias.

É o caso, por exemplo, dos artesãos da região do Jalapão que têm transformado o jatobá, uma planta típica do cerrado brasileiro, em verdadeiras obras de arte. Eles usam a casca do fruto do jatobá para dar forma ao corpo de bonecos que retratam a vida não só dos trabalhadores no campo como também de profissionais de diversas áreas, como dentistas, professores e músicos, além de casais de namorados. Já a roupa dos bonecos é confeccionada com bucha vegetal, enquanto a sustentação é feita com arame. (TOCANTINS, Portal do Tocantins, 2014).

e) – Ouro

Assim como comentado anteriormente, a primeira metade do século XVIII teve início à exploração do ouro no antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins.

Importante fator de desenvolvimento de uma região até então pouco habitada, o ouro deixou importantes raízes no Tocantins, especialmente em Natividade, onde até hoje é desenvolvido um tipo de artesanato herdado dos portugueses e praticamente abandonado em outras regiões brasileiras: a confecção de joias artesanais em filigrana. A arte é repassada aos jovens da cidade através de oficinas de ourivesaria.

Atualmente, um dos mais conhecidos é o Mestre Juvenal é um dos mestres mais respeitados em seu ofício. Além de peças tradicionais, como o peixe articulado, cria com seus alunos joias de rara beleza, não apenas pelo design, mas especialmente pelos detalhes feitos manualmente em fios de ouro ou prata. São corações, flores de maracujá e capim dourado, entre outros, reproduzidos para pingentes de colares, pulseiras, brincos e anéis. (TOCANTINS, Portal do Tocantins, 2014).

f) – Agricultura

1 - Soja

O potencial produtivo das terras agricultáveis do Tocantins é de aproximadamente 14 milhões de hectares dos quais em torno de 8 milhões são utilizados pela pecuária em pastagens em

alguma fase de degradação passível de aproveitamento para o cultivo de grãos em rotação ou em sucessão de culturas.

Na região Sudoeste do Estado, possui várzeas tropicais com aproximadamente 1,2 milhões de hectares disponíveis para a produção de sementes, utilizando o sistema de irrigação por infiltração produto com alta qualidade em sanidade, o que lhe confere o título de semente limpa.

As sementes produzidas são comercializadas principalmente para os produtores que cultivam a soja em terras altas no Estado, no Estado do Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso. Os principais polos regionais de produção da soja em terras altas são: Campos Lindos, Pedro Afonso, Porto Nacional, Dianópolis e Mateiros.

A soja é uma planta da família das leguminosas que fornece alimento para o homem, animais e matéria prima para a indústria esmagadora, que processa em óleo/farelo. O Estado possui a maior área de plantio com a cultura e seu produto é o carro chefe de exportação para o mercado mundial (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

2 – Milho

A cultura do milho de terras altas é o terceiro cereal agrícola cultivado no Estado do Tocantins, sendo seu produto largamente utilizado para à alimentação humana, animal e matérias primas para a indústria em função da quantidade e da natureza das reservas nutricionais acumuladas nos grãos.

A expansão da cultura no território tocaninense concentra em polos regionais de: Campos Lindos, Dianópolis, Porto Nacional e Mateiros locais com altitudes que variam de 300 a 700m e a temperatura média de 27°C, atingindo produtividade média de 10,8 toneladas por hectare de grãos. O plantio regional ocorre com a alternância de cultivo rotacionado com cultura da soja (*Glycine Max*) no período de outubro a dezembro (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

3 – Arroz

É uma planta da família das gramíneas que alimenta mais da metade da população humana do mundo. A produção mundial do arroz não vem acompanhando o crescimento do consumo. Nos últimos seis anos, a produção mundial aumentou cerca de 1,09% ao ano, enquanto a população cresceu 1,32% e o consumo 1,27%, havendo grande preocupação em relação a

estabilização da produção desse grão. (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

No Tocantins é a segunda cultura em área mais plantada o que representa um papel estratégico tanto no aspecto econômico quanto no social, conferindo o seu produto um dos alimentos com melhor balanceamento nutricional, fornecendo 20% da energia e 15% da proteína per capita necessária ao homem.

Os polos produtivos localizam-se na região Sudoeste do Estado em áreas de várzeas tropicais, que são propícias para o cultivo da planta com o uso do sistema de irrigação por infiltração e sub-irrigação no período da entre safra (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

4 – Fruticultura

Tocantins, Estado apto e ideal para o desenvolvimento da Fruticultura. Já reconhecido mundialmente pelo seu alto poder produtivo, especialmente no caso do abacaxi, o Tocantins desponta como principal Estado produtor de frutas.

Como carro chefe temos o abacaxi, que além de sua importância econômica como gerador de renda ao produtor, desempenha papel fundamental no âmbito social, haja vista a utilização de mão de obra com conseqüente geração de emprego direto e indireto.

A bananicultura vem se desenvolvendo e tecnificando mais a cada dia, atingindo altos índices de produtividade, servindo como meio de renda e sobrevivência a vários produtores. Destaca-se por sua excelente qualidade, abastecendo nos mercados locais e nacionais.

Visando fomentar e incentivar o desenvolvimento da bananicultura, o Estado possui um Laboratório de Biotecnologia, no qual são produzidas mudas de banana através da tecnologia da cultura de tecidos favorecendo sua disseminação através de mudas isentas de qualquer tipo de pragas e/ou doenças, propiciando a padronização da produção. A qualidade da fruticultura tocantinense está amparada pelo sistema de produção integrada agropecuária que favorece o perfeito desenvolvimento da atividade (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

As condições climáticas do Tocantins favorecem o desenvolvimento da Fruticultura, proporcionando alta geração de emprego e renda, haja vista que o cultivo do abacaxi, banana, caju e melancia, destacam-se como principais fruteiras produzidas no Estado. A posição geográfica estratégica, aliada a malha rodoviária e ferroviária que cortam o Estado, assegura a certeza de uma produção sustentável e com bases sólidas, dando assim total segurança ao processo produtivo e

distributivo no Estado do Tocantins (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

5 - Flores Tropicais

Dentre os vários setores da agricultura, a floricultura é um dos que apresenta maior rentabilidade por área cultivada e um retorno mais rápido dos investimentos aplicados.

A Floricultura Tropical é um ramo muito importante para o setor de Floricultura devido às características positivas que apresentam em termos de beleza, porte, formas exóticas e durabilidade. É uma atividade altamente rentável, existe alto valor agregado aos produtos e um mercado garantido.

As flores tropicais apresentam características favoráveis à comercialização como beleza, exotismo, diversas cores e formas, resistentes ao transporte, as quais têm grande aceitação nos mercados consumidores. As flores têm beleza, durabilidade e apresentam um colorido intenso, nos tons vermelho, rosa, laranja, amarelo e verde (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

A floricultura é uma das vocações do agronegócio e da agricultura familiar, capaz de gerar grande número de postos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural com o aumento da renda e da oferta de emprego, promovendo o desenvolvimento nas regiões onde é cultivada.

O Estado do Tocantins apresenta um grande potencial para a produção de flores, folhagens e plantas ornamentais tropicais, devido as suas condições edafoclimáticas. A produção está distribuída em três polos principais no Estado, destacando-se as regiões Norte e Central, sendo que as principais espécies cultivadas são: helicônias, bastões do imperador, gengibres ornamentais, musas, alpínias, antúrios, dracenas, cordylikes, crótons, jasmims entre outras (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

Nesta conjuntura da agricultura, segundo o Instituto de desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), destaca-se também a de *base familiar* distinguida como de pequeno e médio porte quando comparadas com o cenário agroexportador e da assistência técnica estadual. No Tocantins, estado recém-criado, a formação da agricultura familiar passa pela compra de área por famílias vindas de outro estado e pela distribuição de terras através dos programas de assentamentos. No estado, a agricultura familiar é responsável por mais de 11% do PIB total do estado. Os financiamentos agrícolas através do PRONAF (Programa

Nacional de Valorização da Agricultura Familiar), em 2009, para o estado somam mais de 127 milhões de Reais, 14,46% dos financiamentos para o setor agrícola (TOCANTINS, Secretaria de agricultura e pecuária do Estado do Tocantins, 2014).

A agricultura familiar encontra-se representada por uma extensa variedade em culturas, sendo suas principais: a mandioca, o arroz, a abóbora, o feijão, a melancia e o milho. Em sua diversidade ainda há as hortaliças folhosas, as verduras dos mais variados tipos; têm-se as frutíferas, incluindo as típicas da região como: o murici, o jatobá, o açaí, o cupuaçu, o buriti, a melancia, o abacaxi, o cajuí, o coco babaçu o pequi e tantas outras.

Na tarefa de catar pequi, toda família é envolvida. Esse produto é destinado à venda nas beiras de estradas ou para atravessadores. O valor pago aos catadores é muito baixo, pouco auxiliando para a melhoria de vida da população, uma vez que a produção é sazonal e na entressafra existe a necessidade do desenvolvimento de outras atividades para garantir a sobrevivência.

Outra forma que essas famílias utilizam para aumentar a renda com a catação do pequi é a extração do óleo, que é feita às vezes com o fruto catado e não vendido. O processo utilizado para a extração é muito rudimentar e com baixa produção, produtividade e qualidade. Há também um mercado para a indústria cosmética que exige padrões de qualidade para o óleo, muitas vezes não atendidos. Quando atendidos, o extrativista não tem acesso direto à empresa e sim ao atravessador (BRASIL, IBAMA, 2006).

Outra fruta que chama atenção por sua tradição no estado é o açaí, provavelmente herdada dos grupos indígenas amazônicos, o açaí ocupa, atualmente, um papel básico a alimentação da população regional. É consumido a qualquer hora, sob a forma de refrescos e sorvetes, com ou sem açúcar; pela manhã, em substituição ao leite, sendo inclusive oferecido às crianças pequenas; em todas as refeições, engrossado com farinha d'água ou de tapioca; acompanhando peixes e camarão seco, carnes e arroz com feijão, ou ainda puro, quando não há outra mistura (BIBVIRT, 2005).

Outra benfeitoria do açaí são as folhas, usadas na cobertura das casas, suas fibras, na arte de tecer chapéus, esteiras, sacolas e rasas. O açazeiro é também fonte generosa na medicina popular, os frutos novos são utilizados no combate aos distúrbios intestinais; as raízes, empregadas como vermífugos; o palmito, em forma de pasta, atua como anti-hemorrágico, quando aplicado após extrações dentárias. Transformado em suco, possui um

grande mercado em toda a Região Amazônica, alcançando uma cifra de consumo fabulosa, estimada entre 100 mil a 180 mil litros por dia, apenas na cidade de Belém (BIBVIRT, 2005).

Além de sua inegável importância no comércio, na dieta alimentar e na vida local, o açaizeiro é hoje, a principal fonte de extração do palmito no Brasil. Cerca de 95% de toda a produção nacional vêm dos açaizais amazônicos, uma vez que praticamente esgotaram-se as reservas nativas da Mata Atlântica, cujos palmitais foram devastados sem preocupação preservacionista (BIBVIRT, 2005).

No sistema extrativista que atualmente vigora na exploração do açaizeiro, seus frutos destinam-se ao consumo local, e o palmito, à exportação. Os plantios racionais ainda são raros, prosseguindo a destruição dos açaizais de forma sistemática, ilegal, desordenada e clandestina. Poucos se têm preocupado com a sua preservação (BIBVIRT, 2005).

Ainda no que se refere à agricultura familiar, verificam-se também neste mesmo cenário as atividades não – agrícolas, sendo estas representadas por seus belos artesanatos tradicionais e trabalhos manuais, muito fortes no meio rural. As agroindústrias também aparecem como representatividade no que se refere ao beneficiamento das frutas e do leite.

Não muito diferente que a agricultura atual, quando comparados com as atuais plantações que vigoram até hoje; dados da década de 80 até o ano de 2002 mostra que a produção agropecuária do Tocantins continua predominante em algumas culturas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, junto com a Secretaria de Recursos Hídricos, as atividades agrícolas predominam as lavouras temporárias, como o arroz, feijão, mandioca, milho, soja e a cana-de-açúcar.

A agricultura regional é pouco diversificada, destacando-se que, até 1975, as lavouras de arroz, feijão, mandioca e milho representavam quase 86,5% da superfície destinada a culturas temporárias. Em meados da década de 1980, aparece a soja, hoje uma cultura de destaque regional, e o arroz irrigado. Em 1985, as áreas cultivadas com arroz, milho, feijão, soja e cana-de-açúcar representavam 84% do total das culturas temporárias e, em 2002, a soja representava mais de 40% do total das culturas temporárias.

A soja vem ocupando, cada vez mais, importância no contexto regional, apresentando uma perspectiva dinamizadora, a partir da integração do produtor com o setor agroindustrial correspondente. Esta lavoura tem desenvolvimento significativo, principalmente em Goiás e no Mato Grosso, da mesma maneira, o Pará também vem desenvolvendo um Polo Agroindustrial de Soja.

O arroz constitui uma importante lavoura da região, tendo ocupado, em 1985, mais de 45% da área destinada a lavouras temporárias, concentrando-se nos Estados de Tocantins e

Goiás que, em conjunto, representam mais de 60% da área cultivada. Este produto vem reduzindo a sua expressão, tanto em termos de produção, como de área.

No período de 1985 a 1994, a produção decresceu 66% em Tocantins, 58% em Goiás e 37% no Pará. Em 2002 representava apenas 18% da área destinada a lavouras temporárias (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006). Os dados mostram que nesta categoria houve um crescente aumento dessas lavouras durante os anos, quando comparadas com Estados vizinhos (fronteiras).

Com relação ao feijão e a mandioca, estas são culturas tradicionais, geralmente associadas ao milho, típicas de pequenos produtores, de uso mais intensivo de mão-de-obra, desempenhando um importante papel na subsistência de alguns grupos sociais. Já as lavouras permanentes ocupam uma posição secundária, sendo a banana o produto mais importante, seguindo-se o dendê, o coco e a pimenta do reino (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006).

6 - A Pecuária

A pecuária desenvolvida na região está voltada basicamente para a produção de carne (bovinos e suínos) e, subsidiariamente, para a produção leiteira e de tração animal.

Considerando que a área destinada a pastagens (naturais e plantadas) era da ordem de 27,8 milhões de hectares em 1985, a densidade média é próxima de 0,5 bovinos/ha. As extensas pastagens naturais, em geral, apresentam baixa capacidade de suporte animal (cabeças/ha), sendo necessárias áreas expressivas de pastagens cultivadas e manejo racional para a expansão dos rebanhos. Em 1994, o rebanho bovino atingiu 18,5 milhões de cabeças, representando um crescimento de 35% em relação a 1985. Em 2002, esse rebanho já se encontrava em torno de 34 mil cabeças, com um crescimento de 84% num período de oito anos. Atualmente o Estado do Tocantins é conhecido como um dos maiores exportadores de carne do país, atividade esta que vem crescendo cada vez mais (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006).

7- A Pecuária Aquicultura e pesca

A região possui uma extensa rede hidrográfica, detendo um potencial pesqueiro significativo. Entretanto, a pesca é uma atividade de pequena expressão econômica, mantendo-se, em grande parte, restrita às populações ribeirinhas dos principais cursos de

água, para as quais, dada a facilidade de captura e à abundância de pescado, se constitui em uma atividade essencial para suas subsistências.

A atividade só assume caráter comercial na proximidade dos maiores centros urbanos, onde verifica-se a presença de comunidades pesqueiras ribeirinhas, prevalecendo a pesca artesanal (FGV; MMA; ANEEL, 1998) *apud* (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006).

No entanto, com cerca de 300 espécies de peixes descritas, a região apresenta o potencial turístico relacionado à pesca como tendência para o desenvolvimento econômico regional. Cabe ressaltar a utilização múltipla dos lagos das hidrelétricas de Tucuruí, Serra da Mesa e Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) para fins de exploração turística e pesca esportiva, além da pesca como alternativa de renda e sustento das populações ribeirinhas e indígenas (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006) *apud* (MMA e ANA, 2003).

Na região do Alto Tocantins, os peixes mais apreciados são o curimatá, pacú, piabanha, curvina, mandí, piranha, traíra, piauí, tucunaré, jaú, surubim, cari, piramutama e o piraíba. A pesca constitui-se em atividade econômica artesanal para subsistência de populações ribeirinhas, que consomem o produto na sua alimentação cotidiana e vendem o excedente para os demais núcleos e cidades à beira dos rios que compõem a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia (GRUPO, 2001).

A pesca no baixo Araguaia pode ser dividida em duas regiões, correspondendo ao trecho situado abaixo da Cachoeira de São Bento, onde atuam pescadores de São João do Araguaia e Araguatins, e o trecho à montante deste acidente geográfico (ENGEVIX, 2001). Na primeira unidade, a pesca é baseada em cardumes que sobem o rio Tocantins, compostos por espécies, como curimatãs, que provavelmente têm como área de crescimento e engorda o reservatório da UHE Tucuruí. No segundo trecho, os cardumes são menores e de menor biomassa individual.

Um dos locais utilizados para a pesca entre Araguatins e Xambioá (TO) é a Cachoeira de Santa Isabel, onde atuam pescadores de ambas as cidades. Em São Geraldo do Araguaia, os pescadores encontram-se filiados a Z-39/3. Outras representações de colônias, ligadas à Conceição do Araguaia, ocorrem em Pau D'arco, Santana do Araguaia e Barreira do Campo (ENGEVIX, 2001).

Os peixes mais apreciados e comercializados são: jaú, filhote, dourado, jaraqui e o pacu-branco. Na época do defeso, o tucunaré, especialmente o pescado no reservatório de Tucuruí, torna-se o principal peixe comercializado nas cidades vizinhas. As pescarias, durante

o período de estiagem, apontam como espécies predominantes nos desembarques os piaus, pacus e fidalgos. A prática da pesca esportiva mostra-se direcionada, principalmente, para captura de curupetés e tucunarés (ENGEVIX, 2001).

Sendo assim, diante do exposto e ainda na conjuntura que envolveu e envolve os aspectos da agricultura familiar de modo mais arraigado, faz-se pertinente levar em consideração alguns dos principais aspectos gerais dela. A seguir veremos.

C - AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NO ESTADO DO TOCANTINS: O CASO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS – RURALTINS

Ao discorrer do trabalho de assistência técnica e extensão rural do Estado do Tocantins, faz-se necessário enfatizar sua criação enquanto instituto deu-se através da lei nº 020, criada em 21 de abril de 1989, publicado no Diário Oficial nº 10, na qual cria o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – Ruraltins; mesmo ano em que foi fundado o Estado do Tocantins de acordo com o artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 5 de outubro de 1988, nascia o Estado do Tocantins.

Todos esses espaços territoriais antes chamados de Estado de Goiás agora passariam a ser assistidos por uma nova proposta de assistência técnica e Extensão rural no mais novo Estado do Brasil que nascia. Não muito diferente das dificuldades encontradas na construção da capital Palmas e da forma de habitar essas terras, onde em sua maioria encontravam-se solitárias ou com povoados distantes um dos outros; a história dos serviços de assistência técnica também não foi diferente.

Desbravar matas á dentro e chegar as famílias que necessitavam de atendimentos e orientações em suas lidas diárias, não foi nada fácil. Em conversas informais com profissionais que atualmente ainda fazem parte do quadro do Ruraltins, pode-se perceber em seus relatos e histórias que caracterizaram esforços, coragem, dedicação e por muitas vezes ausências familiares. Percorramos um dos relatos:

“Tudo era muito difícil naquela época, saíamos de nossas casas e chegávamos meses depois, todos esses dias dentro das matas. Fazíamos visitas nas propriedades e dormíamos dentro dos nossos próprios caros ou em algum espaço cedido pelas famílias em suas propriedades; atravessávamos de barco o Rio Araguaia e íamos embora pelo meio do mundo” (Extensionista Rural de Araguaína em conversa informal).

Outro ponto interessante é que, com a divisão do Estado de Goiás para formação do Tocantins, boa parte dos extensionistas que moravam nesta área que hoje é o Tocantins, puderam escolher entre permanecer onde viviam ou irem embora com toda família para Goiás, tornando-se estes funcionários da EMATER – GO por cabimento. Muitos profissionais resolveram permanecer até hoje onde estão, porém muitos de Goiás vieram colaborar com todo processo de reestruturação dos serviços de ATER no Tocantins.

“Seria praticamente impossível darmos conta de toda essa área aqui sozinhos. Apenas depois de alguns anos foi realizado concurso público para suprir essas demandas” (Extensionista Rural de Araguaína em conversa informal).

Adiante, depois de exatamente 26 anos da criação do Estado e de tantas histórias e relatos que poderiam render diversos outros trabalhos e relatos, tentaremos nessa pesquisa não apenas de cunho científico, mas também de curiosidade e interesse pessoal, compreender um pouco da realidade em que se encontra esses trabalhos de ATER, o que pensam os extensionistas que atuam nas áreas ambiental, social e de produção agropecuária, como compreendem algumas realidades atuais dos públicos assistidos, principalmente os direcionados aos povos tradicionais que são encontrados com grande frequência neste Estado rico de cultura e tradições.

Ao mesmo tempo buscaremos perceber os desdobramentos dessas atividades de ATER diante das temáticas relacionadas ao desenvolvimento local, tão almejado neste ofício. Para isto separamos três blocos de análise: Caracterização dos extensionistas, A Prática profissional e O Desenvolvimento Local.

C.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS/AS EXTENSIONISTAS

Ao iniciar as pesquisas com os extensionistas rurais do Estado do Tocantins, foram enviados exatamente 24 questionários, aos quais teriam representações nos 8 escritórios do Ruraltins, como exposto anteriormente na metodologia proposta. Porém, destes enviados, 3 não foram respondidos, estes da área ambiental, no qual 2 afirmou não estar preparado para tais questionamentos e 1 por não ter representação do profissional na regional que abrangia, ou seja, não existia.

Foi percebido também que, mesmo que fossem enviados novos questionários direcionados a outros/as extensionistas da área ambiental, estas localidades de escritórios não teriam representações no local, pois só existiam aqueles que se recusaram a responder representando tal área.

De fato, torna-se preocupante na medida em que ao se falar ou querer discutir temáticas atualmente básicas no campo de trabalho que envolve a extensão rural e assistência técnica os mesmos se sentiram despreparados ou intimidados. Tendo em vista que boa parte das perguntas que caracterizaram o trabalho, não implicaria necessariamente ter experiências com povos tradicionais; contudo nota-se nesse momento um certo desinteresse por parte dos mesmos. Outro evento que poderia explicar esse fato, acredita-se ser de base universitária, na

qual muitos profissionais das ciências agrárias não passaram por disciplinas ou experiências que os direcionem adequadamente às práticas extensionistas e/ou rurais. A falta da prática torna as teorias utópicas, à medida que se diminuem cada uma quando são vistas separadamente ainda no campo universitário, assim:

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social” (Fórum Nacional, 1987).

Dos/as profissionais participantes, quando perguntados desde quando trabalhavam como Extensionistas rurais, ficou registrado que desenvolviam essa prática entre os anos de 1979 a 2013, sendo este último de maior representação; enquanto os profissionais de 1979 a 1989 foram remanescentes ainda do Estado de Goiás, ou seja, advindos da EMATER, dos primórdios da antiga ACAR. Com a separação do Estado, boa parte que se localizavam ao extremo do atual Estado permaneceram em ofício até hoje, agora denominado o Estado do Tocantins. Vejamos abaixo:

QUADRO 5 – Trabalham com Extensão Rural – (Ano que começou)

	EXTENSIONISTAS RURAIS		
Ano	Área agropecuária	Área ambiental	Área social
1979	1		
1989	1		
1993		2	2
1994	2		
2005			1
2006	1		
2007	1		
2013	2		5
2014		4	

Sobre o grau de formação de todos profissionais partícipes, 17 disseram possuir ensino superior e 5 níveis médio. Na área que representaram a esfera ambiental a formação deu-se em torno de Engenheiros ambientais, agrícolas e geógrafos, formados todos em Universidades Federais dos Estados do Pará e do Tocantins, localizadas nas cidades de Santarém, Marabá e Araguaína. Na esfera social ficou representada pelas formações de Serviço Social e Economistas Domésticos, sendo estes das universidades dos Estados do Tocantins, Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente das cidades de Palmas, Araguaína, Santa Fé, Viçosa e Recife. Na área de produção agropecuária, apresentaram em suas formações Zootecnistas, Engenheiros de pesca, Técnicos agrícolas, Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários; vindos/as das Universidades Federais do Tocantins e Estaduais da Bahia e Maranhão; representando as cidades de Araguaína, Paulo Afonso, Gurupi, Porto Nacional e São Luís.

QUADRO 6 – Grau de Formação

	EXTENSIONISTAS RURAIS		
	Área agropecuária	Área ambiental	Área social
Nível médio	2	1	2
Nível Superior	6	4	6

QUADRO 7 - Formação Profissional

EXTENSIONISTAS RURAIS		
Área agropecuária	Área ambiental	Área social
Zootecnistas, Engenheiros de pesca, Técnicos agrícolas, Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários.	Engenheiros ambientais, Engenheiros agrícolas e geógrafos.	Assistentes sociais e Economistas domésticos.

Entre as formações do ensino médio, os profissionais da área ambiental apresentaram o ensino médio tradicional e Técnico agrícola e agropecuário. Em torno dos profissionais da área social deu-se: Técnico em informática, Magistério e Ensino tradicional na área de

produção agropecuária ficou apontado técnico científico, ensino médio tradicional e técnico agropecuário.

Ficou evidente que a maior parte do tempo no instituto, os/as extensionistas desenvolvem suas atividades diárias por meio de demandas. Sendo as da área social em sua maioria com demandas diárias de produtores familiares, seguido de atendimentos via convênio e por último as chamadas públicas, com atendimentos em média por mês de 18 a 100 agricultores/as. Na área que representa o ambiental segue atendimentos via demandas diárias de produtores familiares, logo após vem os convênios e em seguida chamadas públicas. Mensalmente estes profissionais trabalham com 5 a 10 atendimentos aos agricultores/as familiares. Na representação direcionada aos serviços na área agropecuária, os atendimentos mensais são em média de 5 a 100 agricultores/as familiares, eles se dão através de demandas diárias, seguido por atendimentos via convênios. Vale enfatizar que dentre essas demandas diárias alguns demonstraram que esses atendimentos giravam em torno de créditos rurais e das atividades de meliponicultura.

Veremos logo abaixo:

QUADRO 8 – Demanda Profissional na ATER

	EXTENSIONISTAS RURAIS		
	Área agropecuária	Área ambiental	Área social
Atendimentos mensais	5 a 100 agricultores/as familiares.	5 a 10 agricultores/as familiares.	18 a 100 agricultores/as familiares.
Vias de demandas profissionais (Por ordem numérica)	1º - Demandas diárias; 2º - Demanda via convênios.	1º - Demandas diárias 2º - Demandas via Convênios. 3º - Demanda via chamadas públicas.	1º - Demandas diárias 2º - Demanda via Convênios. 3º - Demanda via chamadas públicas.

C.2 - SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DIÁRIA E EXPERIÊNCIAS COM POVOS TRADICIONAIS.

a) - Atividades desenvolvidas na área *social* como Extensionista – Ruraltins.

A esfera que compreendeu os trabalhos desenvolvidos na área social ficou evidente que durante o dia-dia as principais atividades são direcionadas a: Acompanhamentos, execuções e encaminhamentos de Programas do governo federal, como: O compra direta, Programa de aquisição dos alimentos - PAA e Programa nacional da alimentação escolar – PNAE.

Do mesmo modo ficou evidenciado que existe também organização de cursos direcionados a indústria caseira e boas práticas, higiene correta dos alimentos e cultivo de plantas medicinais, agricultura orgânica, agroecologia e agregação de valores aos produtos da agricultura familiar. Certificação e comercialização da produção do campo; palestras e cursos sobre segurança alimentar e nutricional, sexualidade e saúde reprodutiva, políticas públicas voltadas para os/as agricultores/as familiares em geral, bem como questões voltadas ao associativismo e cooperativismo.

Atuam também na organização de Feiras voltadas a Agricultura Familiar; mobilização dos/as agricultores/as familiares para eventos, reuniões, encontros voltados para esse público, elaboração de DAP (Declaração Anual do Produtor Rural) no que tange os levantamentos de dados pessoais e de renda. Diagnósticos Rural Participativo (DRP); acompanhamento de agricultores/as nas resoluções de problemas relacionados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do governo Federal; Elaboração de projetos voltados para agricultores/as familiares. Visitas técnicas no campo, especificamente aos produtores rurais em assentamentos, e por fim na elaboração de relatórios.

QUADRO 9 – Sobre atividades assistidas na área Social

Trabalhos Desenvolvidos pelos/as Extensionistas Rurais		
Programas Governamentais	Palestras e Cursos	Afins
Compra Direta	Indústria caseira e boas práticas	Feiras voltadas a Agricultura Familiar;
Programa de Aquisição dos Alimentos	Higiene correta dos alimentos	Mobilização dos/as agricultores/as familiares para eventos, reuniões, encontros voltados para esse público;
Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE	Cultivo de plantas medicinais	Elaboração de DAP (Declaração Anual do Produtor Rural) no que tange os levantamentos de dados pessoais e de renda.
	Agricultura Orgânica	Diagnóstico Rural Participativo (DRP)
	Agroecologia	Acompanhamento de agricultores/as nas resoluções de problemas relacionados ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do governo Federal
	Agregação de valores aos produtos da agricultura familiar	Elaboração de projetos voltados para agricultores/as familiares
	Certificação e comercialização da produção do campo	Visitas técnicas no campo, especificamente aos produtores/as rurais em assentamentos
	Segurança Alimentar e Nutricional	Elaboração de relatórios
	Sexualidade e saúde reprodutiva	
	Políticas Públicas voltadas para os/as Agricultores/as Familiares em geral	
	Associativismo	
	Cooperativismo	

Além de todas essas atividades reveladas, esses/as profissionais salientaram, em boa parte dos questionários, que os/as mesmos/as são realizados e percebidos junto à família agricultora e de acordo com a realidade de cada um/a.

Temos dessa maneira o que de fato caracteriza o trabalho social diversificado nas práticas extensionistas propostas ainda então pela PNATER criada via uma nova proposta ainda discutida no ano de 2004, deste modo à mesma destaca:

“Para dar conta destes desafios, os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. (BRASIL, PNATER, 2004, p. 6).

Com esta ação, os serviços de ATER ofertados pelo órgão Estadual, toma direcionamentos de acordo com a realidade assistida, porém alguns trâmites passam a ser necessários de ordem burocrática, o que de fato torna muitas dessas atividades impedidas de serem finalizadas rapidamente, pois necessita do aval de ordem bancária para financiamentos, vistorias as propriedades para levantamento e comprovação dos dados colhidos, outros órgãos estaduais que são responsáveis para que se possa ter o sucesso final almejado, a disponibilidade do produtor/a, dentre outros.

b) - Atividades desenvolvidas na área *ambiental* como Extensionista – Ruraltins.

As atividades que envolvem as práticas extensionistas ambientais diárias, abarcam: Licenciamento ambiental rural, palestras e cursos, bem como atendimentos aos agricultores familiares no que tangem assuntos sobre: legislação ambiental, cadastro ambiental rural-CAR, desenvolvimento sustentável, manejo da fauna e flora, prevenção de queimadas,

gerenciamento de resíduos sólidos e químicos viabilidade ambiental e econômica de projetos agrosilvipastoris, curso de capacitação nas áreas econômica, social e ambiental, objetivando principalmente a inclusão do jovem e da mulher do processo produtivo. Execução de Projetos, Plano de desenvolvimento de assentamentos-PDA.

Além de reuniões com as comunidades para discutir de forma participativa, ações de desenvolvimento da unidade familiar sempre focado em um processo de transição agroecológica; realização de dias de campo para demonstração de resultados e construção coletiva do conhecimento que venham satisfazer a real necessidade da unidade familiar; realização de visitas técnicas às unidades de produção familiar, para realização de levantamentos da propriedade rural, vistorias de projetos técnicos e outros; elaboração de projetos técnicos voltados para área econômica, focando o desenvolvimento da unidade familiar. Elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento das cadeias produtivas priorizadas pelas comunidades assistidas, para o desenvolvimento do território da região trabalhada.

Uma das percepções admiráveis descritas por um extensionista rural sobre seu desempenho nas atividades que consegue realizar, dar-se por intermédio da compreensão das necessidades e realidade local assistida.

“Faço mediação de educação ambiental através da extensão rural, com isto, realizo palestras e diagnósticos nas comunidades rurais, onde há interesse de mudanças de realidades” (Era5).

Essa maneira de concepção parece ter surgido a partir da PNATER de 2004 no momento em que as diretrizes fundam: “Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável”. (BRASIL, PNATER, 2004, p. 6).

QUADRO 10 – Sobre atividades assistidas na área ambiental

Trabalhos Desenvolvidos pelos/as Extensionistas Rurais		
Programas Governamentais	Palestras e Cursos	Afins
Licenciamento ambiental rural	Legislação ambiental	Reuniões com as comunidades para discutir de forma participativa
Atendimentos aos agricultores familiares	Cadastro Ambiental Rural-CAR	Ações de desenvolvimento da unidade familiar sempre focado em um processo de transição agroecológica
Cadastro ambiental rural -CAR	Desenvolvimento sustentável, manejo da fauna e flora	Realização de dias de campo para demonstração de resultados e construção coletiva do conhecimento que venham satisfazer a real necessidade da unidade familiar
	Prevenção de queimadas	Realização de visitas técnicas às unidades de produção familiar, para realização de levantamentos da propriedade rural, vistorias de projetos técnicos e outros
	Gerenciamento de resíduos sólidos e químicos	Elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento das cadeias produtivas priorizadas pelas comunidades assistidas, para o desenvolvimento do território da região trabalhada.
	Viabilidade ambiental e econômica de projetos agrosilvipastoris	
	Curso de capacitação nas áreas econômica, social e ambiental, objetivando principalmente a inclusão do jovem e da mulher do processo produtivo	
	Execução de Projetos, Plano de desenvolvimento de assentamentos-PDA	

c) - Atividades desenvolvidas na área de *produção agropecuária* como Extensionista – Ruraltins.

Ficou diagnosticado que entre os profissionais que representaram esta área, sobre as atividades que mais desenvolvem com frequência, afirmaram ser visitas a propriedade rural, realizando entrevistas e levantamentos das necessidades das demandas dos agricultores/as familiares, para elaboração de projetos e prestação de assistência técnica; bem como ficou evidenciada entre os mesmos, que as elaborações de projetos de crédito rural, emissão de Declaração de aptidão ao PRONAF – DAP e levantamentos patrimoniais para elaboração de projetos direcionados ao crédito rural também se destacaram.

Nessas visitas ao campo, são feitos levantamentos da produção e assistência nos manejos de criatórios de peixe, incluindo viabilidade do empreendimento, caracterização de parâmetros físico, químico e biológico do meio ambiente e elaboração de projetos com o levantamento topográfico para a construção de pisciculturas; são observadas supervisões de crédito, de manejos de culturas como na orientação em cultivos de arroz, milho, feijão e olericultura; na pecuária com bovinos, de leite e corte, peixe e galinha caipira, e também na formação de pastagem, conservação do solo, construções rurais e etc. Destacam-se também atividades relacionadas a horticultura, irrigação e nos cultivos de frutíferas. Os cursos que são ministrados com mais frequência são sobre culturas anuais, olericultura e meliponicultura. Os atendimentos nos escritórios regionais e locais, bem como no escritório central, também foram evidenciados.

O relato abaixo, reafirma a prática e maneira vivenciada de um extensionista e sua experiência diária no campo:

“Trabalho atendendo famílias que foram reassentadas e cujos locais novos onde moram não têm as mesmas características dos locais onde antes habitavam, como água disponível, tipo de solo e as culturas agrícolas e pecuárias já implantadas. Atendo as famílias com visitas mensais e também realizo palestras sobre assuntos relacionados à produção animal. Durante as visitas escuto e verifico quais são os problemas por eles relatados e assim buscamos uma solução viável, observo também as criações para orientar sobre possíveis melhorias no manejo, na alimentação e instalações para os animais, buscando sempre aumentar a produção e diminuir os prejuízos nas criações” (ERAG8).

Essa prática relata e reafirma o que Paulo Freire (1982, 15-16) acreditava no processo de se fazer extensão, onde se mostra por meio da maneira abordada e participativa na qual é conduzida tal vivência, a maneira que o agricultor/a e extensionista

rural conduz toda prática necessária e suas abordagens via troca de experiências em prol de um resultado mais adequado a tal realidade.

“O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário”.

“Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais”.

Freire explica em sua análise, a importância da problematização (gênese da produção e da apropriação de conhecimentos) e da dialogicidade (que nega a concepção passiva e neutra do sujeito do conhecimento) como características essenciais que contribuem para a apropriação de novos conhecimentos e práticas.

C.3 - EXTENSIONISTAS RURAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS POVOS TRADICIONAIS DO TOCANTINS.

Neste quesito, os/as participantes não necessariamente deveriam ter vivências ou experiências com os povos tradicionais, mas formularem respostas que acreditariam nas práticas extensionistas pudessem desenvolver com os mesmos. Muitos ao saberem que os questionários em mãos discutiriam essa temática, aparentaram ficar surpresos e ao mesmo tempo apreensivos sobre o que poderia vir nas perguntas formuladas direcionadas aos/as mesmos/as caso confirmassem positivamente a contribuição pessoal para tal pesquisa.

Foi percebido por boa parte dos profissionais ao serem convidados/as, em sua maioria, que as respostas seriam desafiadoras na perspectiva em que se tratando de povos tradicionais já deveria haver um discreto cuidado em se abordar e/ou justificar tais processos que envolveriam a realidade das práticas extensionistas aos povos tradicionais. Ao serem questionados/as “que entendimentos tinham por povos tradicionais na prática da extensão rural”, disseram acreditar em sua maioria, com representação de mais da metade das respostas, que os povos tradicionais seriam aqueles com fortes ligações com a cultura, com uma tradição e religiosidade próprias, passadas por gerações, identidade própria e organização social, e que representavam particularidades significantes de organizações. A territorialidade também aparece forte nas falas. Vejamos:

“São grupos que se caracterizam pela forma própria de organização social e geralmente ocupam e usam, ou de forma permanente ou temporária, alguns territórios e recursos naturais como condição para sua sobrevivência. Caracterizam-se pela cultura, religião e pela reprodução destas” (ERS1).

“Grupos de pessoas de culturas, organização social, religiosa, econômica bem tradicional” (ERA3).

“Grupo de pessoas que residem há muito tempo em um pedaço de terra, que lhe é deixado de herança pelos antecessores, de geração em geração, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, agricultores familiares, entre outros” (ERA7).

“É o público que está ligado a cultura de repasse de informações do cotidiano a cada geração, possuem identidade própria com organização social definida e utilização dos recursos naturais do meio onde vivem como condição para sua reprodução.” (ERS3).

“São povos que ao longo de muitos anos foram desenvolvendo um modo de vida muito peculiar, foram se adaptando ao local onde vivem e desenvolvendo costumes, crenças, hábitos alimentares e até mesmo organização social que deram origem a suas culturas”. (ERA1).

“São grupos que ocupam uma determinada área e se utilizam dos recursos naturais para sua subsistência e sobrevivência naquela localidade estabelecida. Emprega em geral, conhecimentos e práticas adquiridas e transmitidas pela tradição. Entre tais estão: Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, etc.” (ERA7).

“São povos que habitam regiões por várias gerações e que apresentam cultura forte que vem de seus pais e não se deixam perder com o passar dos anos”. (ERA4).

Deste modo, para Marina Silva (2007) o acesso ao território significa manter vivos, na memória e nas práticas sociais, os sistemas de classificação e de manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Isso, além de sua dimensão simbólica: no território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo, como a base material de significados culturais que compõem sua identidade social. Temos assim, no contexto que envolve o território como modo de reprodução.

Também se faz pertinente dizer que a utilização dos recursos naturais para sobrevivência e reprodução social em lócus dessa geração como mencionado em algumas das falas acima; principalmente para alguns órgãos ligados a conservação e preservação ambiental dessas áreas, remete a questão territorial enquanto espaço de participação e controle social no que diz respeito ao fortalecimento da participação dos povos e comunidades tradicionais, e sobretudo traz à tona a discussão sobre o controle e a exploração desses recursos naturais, no qual em sua maioria são atividades postas como dolo ou algo criminoso por extrair desses territórios parte de sua sobrevivência, bem como serem desenvolvidas práticas culturais,

carregados de costumes próprios e práticas religiosas, onde muitas desaparecem ou tentam sobreviver. Expõe Reinaldo Arruda (1996, p.84).

“Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão.

Destarte, igualmente foi averiguado entre os/as extensionistas que ao definirem Povos tradicionais fizeram ligações representativas sobre a importância de se existirem raízes e cultura local entre eles, além de meios de sustento próprios. Demonstraram preocupação com o processo da modernidade os quais se aproximam ou são visibilizados por esses povos. Algumas falas a seguir:

“Entendo por povos tradicionais indivíduos que estão instalados e vinculados socialmente e culturalmente em um determinado local por período de tempo considerável (por mais de uma geração), onde interagem com o meio natural para garantia do seu sustento”. (ERS7).

“Acredito que sejam comunidades que preservam suas culturas e raízes evitando ao máximo alterações provocadas pela modernidade” (ERA5).

São aqueles povos que tem suas tradições e comportamentos mantidos ou pouco influenciados pelas sociedades que vivem ao seu redor. (ERAG6).

As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades "tradicionais" e as "modernas". Anthony Giddens apud Stuart Hall, 2006 argumenta que:

“Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (Giddens, 1990 *apud* Hall 2006, pp. 37-8).

A modernidade, em contraste, não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual:

“As práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (ibid., pp. 37-8).

Na prática extensionista foi diagnosticado casos de experiências com alguns desses povos tradicionais. Um dos fatos que mais chamou atenção ficou em torno da observação feita a seguir, admitindo deixar claro que são diretamente assistidos e vistos em suas particularidades específicas e concretas, ao abarcar respaldos em torno da convivência e das experiências entre os povos tradicionais e o extensionista:

São grupos que ocupam permanente ou temporariamente territórios, mantendo suas tradições culturais, sociais, religiosas e econômicas e sobrevivendo dos recursos naturais ali existentes, sem muita influência externa. Na região do Bico do Papagaio existem alguns desses grupos: Quilombolas, Ribeirinhos, Extrativistas (coco babaçu e frutas nativas), Pescadores artesanais, indígenas e até mesmo alguns projetos de assentamento da reforma agrária que foram formados por grupos de pessoas que vieram de outras regiões e mantiveram seus costumes. (ERA1).

Fato que nos proporcionou discutir um pouco a metodologia Paulo Freiriana, na qual toma como ponto principal para se desenvolver a prática da extensão, fatores como: Postura investigativa, aprendizagem, dialogicidade e a dialética; metodologia expressa em sua obra *Extensão ou Comunicação?* (1988). O respeito, a sensibilidade de compreender realidades diferenciadas e as trocas de experiências, bem como todo contexto observado em fatos diferenciados um dos outros, retratam o trabalho atual do extensionista rural mediante a PNATER, quando ela traz a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; bem como a construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional.

“São Povos com culturas próprias, com trejeitos próprios, onde nós como técnicos temos que ter a sensibilidade de trabalharmos levando em conta a cultura de cada povo, de cada grupo, seus saberes e relatos”. (ERAG2).

Isso de fato implica em compreender as especificidades da ação educativa e dos atores sociais envolvidos nessa prática, inicialmente reconhecendo que aprender significa construir um novo conhecimento, descobrir novos significados, sem desprezar o conhecimento existente.

Sobre experiências extensionistas com alguns povos tradicionais foi averiguado que 17 dos/das participantes disseram ter experiências, representando 62,5%, enquanto 7 nunca apresentaram; concebendo neste universo 29,17% desse total. Essas experiências deram-se em torno de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, chacareiros, pescadores e quebradeiras de coco babaçu.

Foram descritas algumas situações as quais em sua maioria foram consideradas aprazíveis pelos extensionistas. O contato direto, mesmo que não ultrapassassem 1 semana ou

fossem feitas apenas por demanda sob solicitação dos mesmos, os extensionistas perceberam em suas experiências adquiridas que a cultura desses povos significou fator forte na assistência técnica rural, onde o científico e a sabedoria popular misturam-se e em muitos casos, fazendo com os/as extensionistas repensem práticas que se ajustem as realidades assistidas. Ao final dos atendimentos as experiências tornam-se imensuráveis por seus valores e tradições. No entanto, os profissionais extensionistas falaram em sua grande maioria que, por terem hábitos culturais marcantes, muitas vezes tornam-se grupos complexos de serem entendidos na assistência técnica, por “choques” de saberes e valores marcantes que carregam. Foram percebidos também que há um esforço grande entre os extensionistas de compreenderem essas realidades locais e aproveitarem suas matérias primas existentes como fonte de sustento e geração de renda. Vejamos á abaixo:

“É uma experiência gratificante por estar promovendo o desenvolvimento produtivo dessas famílias, porém sua cultura influencia em alguns momentos e principalmente quando envolve uma orientação técnica a ser passada a eles, pois eles se baseiam em algumas crenças e oferecem um pouco de resistência a novas mudanças, alguns ainda se deixam convencer com um bom argumento, mas outros não mudam suas opiniões de forma alguma”. (ERS4).

De fato, podemos perceber que a metodologia Paulo Freiriana não é levada em consideração na medida em que são postas as práticas por meio da cultura já existente, onde possivelmente não seria a falta de compreensão e/ou despreparo do/da Extensionista para entender a realidade assistida? A fala abaixo já se pode notar traços de Paulo Freire quando o/a extensionista consegue “enxergar” além do “concreto” do existir quantitativo.

“O que achei bastante interessante em meu contato com comunidades tradicionais é que consegui visualizar um valor qualitativo dos recursos ambientais que não são propriamente pertencentes ao contexto financeiro. Esse valor é o apego social e cultural com a região. Percebi o quanto se orgulham em contar as “estórias” que já viveram naquele local, mesmo quando se trata de uma época em que a condição financeira era negativa, eles têm orgulho da” luta” que travaram para viver ali, e se julgam felizes por isso. Ao meu ver esse sentimento é passado de geração em geração e contagiante às próximas. O que me leva a pensar o quanto deve ter sido longo o processo em que os ensinou a aprender a lide dar com os potenciais daquela região, sem um estudo científico, apenas por experiência, por tentativas e erros. Acredito e defendo que essas comunidades devem ser fortalecidas, para que esse “valor” que elas têm não se perca com o tempo e com as trajetórias da humanidade”. (ERA1).

Nota-se nas falas a seguir que as práticas de ATER dos/das extensionistas tentas se sobressaírem ao valor cultural herdado dos povos tradicionais em suas atividades de acompanhamento, bem como ainda traços arraigados das práticas difusionista, como enfatiza logo abaixo, que “para ocorrer a aceitação e mudanças dos hábitos e da cultura dos mesmos torna-se de grande resistência”, fazendo-nos compreender deste modo que a ATER recebida e

que deveria ser partilhada e repassada respeitando os princípios, valores e principalmente o tempo dos/as mesmos/as, deixa evidenciado traços de invasões culturais, onde na verdade a extensão educativa proposta por Paulo Freire não é compreendida e tão pouco posta em prática.

“É uma experiência gratificante por estar promovendo o desenvolvimento produtivo dessas famílias, porém sua cultura influencia em alguns momentos e principalmente quando envolve uma orientação técnica a ser passada a eles, pois eles se baseiam em algumas crenças e oferecem um pouco de resistência a novas mudanças, alguns ainda se deixam convencer com um bom argumento, mas outros não mudam suas opiniões de forma alguma.” (ERAG5).

“Contato e convivência através de visitas quinzenais no município de Barra do Ouro na região da Ressaca, as margens do rio Tocantins, durante o convívio tivemos o cuidado de respeitar os costumes e hábitos da comunidade e tentamos introduzir novas tecnologias e hábitos no cotidiano da população.” (ERAG6).

Paulo Freire (1988, p. 15) em suas colocações no livro *Extensão ou comunicação?* Explica de forma brande o que transforma esses relatos acima em afirmações concretas das práticas extensionistas a acarretar um tempo significativo para a aceitação, concordância e muitas vezes repúdio em respeito às práticas ou técnicas ofertadas e/ou recebidas. Assim temos em Freire:

“Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais– em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

Os/as extensionistas rurais que tomaram parte desse trabalho, também afirmaram acreditar em sua maior parte, que ao assistir as famílias provenientes de povos tradicionais, quando comparados com os não-tradicionais, deveriam ter de certa forma, uma diferenciação em seus atendimentos. Ao explicarem, levantaram quesitos como: “cultura, tradição, hábitos e religiosidade” para definiriam a maneira de atuarem na ATER. Através de alguns relatos percebemos a preocupação de distinguirem dos povos não tradicionais:

“Acredito que todas as atividades antes de serem planejadas deverão ser levadas em conta, partindo de um princípio, em que cada localidade possuem uma realidade diferenciadas. Por isso nem sempre o que dar certo em uma determinada comunidade pode ser modelo para outras. Depende das potencialidades, do querer e do interesse na continuidade até conseguirem alcançar o êxito.” (ERS1).

“Sim, acredito que devemos diferenciar. Devido a sua cultura, tradição e religiosidade, devemos ter um olhar específico a essas diferenças, para que

possamos assim, desenvolver nossas atividades sem gerar nenhum conflito de ideais, nem sermos mal interpretados.” (ERA3).

“Sim. Pois conhecer a cultura, hábitos, costumes, são fundamentais para atuação de qualquer profissional com os povos tradicionais, tendo em vista o diferencial que estes possuem com relação aos povos não tradicionais.” (ERS2).

“Sim. Porque os povos tradicionais foram por muitos anos excluídos, sem ter nenhuma oportunidade de participar das políticas de desenvolvimento territorial deste país. Acho que temos que levar a mesma informação para todos, mas com linguagem diferente para que os povos tradicionais possam entender e construir conhecimentos/políticas que venham desenvolver seus territórios, sem desprezar seus costumes, tradições e outros.” (ERAG8).

“Os povos tradicionais detêm valores, costumes, dialetos e cultura distinta dos povos não tradicionais.” (ERAG7).

Sim, temos que trabalhar de forma diferenciada, pois trabalhamos não só a produção, a área ambiental, mais sim em especial a família, a cultura, para que a mesma não morra.”(ERAG5).

“Sim, porque à medida que essas pessoas têm mais acesso à comunicação, às informações e aos costumes urbanos elas são mais moldáveis, e quanto mais isoladas mais difícil de mudar sua opinião. Isto fica claro no momento em que se quer passar alguma orientação técnica e de repente esbarramos na rejeição ao que é novo.” (ERA7).

De fato, seguindo os parâmetros que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (BRASIL, 2007); ao enfatizar no art. I que: “Povos e Comunidades Tradicionais: São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, denota-nos que os serviços de ATER prestados pelos extensionistas, seguem um dos princípios que levaram a PNPCT a ser e ter:

Art. 1- Anexo a PNPCT – “O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (BRASIL, 2007).

Também ficou caracterizado por alguns extensionista, que o fato de boa parte dos povos tradicionais não terem escolaridade, dificultavam o entendimento nos trabalhos com os

mesmos. Não em relação a impor práticas trazidas, mas pelo simples fato do saber popular ser fortemente marcante entre eles, desprezando muitas vezes a combinação científica do/a extensionista com a do popular desses povos. De passagem, isso pode ocasionar um aumento em relação ao número de visitas a esses locais, quando se comparados aos outros tipos de famílias assistidas pela ATER.

É citada principalmente pelos/as extensionistas rurais da “*área de produção agropecuária*”, que entre os povos tradicionais “a questão do ver para crer” prevalece, pois muitas vezes não estão dispostos a deixar técnicas aprendidas e que veem utilizando há anos, para substituir por outras no campo. Deste modo, alguns extensionistas utilizam unidades demonstrativas –UD nas localidades assistidas, em pequenas áreas, para que se possa mostrar os resultados esperados de melhoria principalmente direcionadas ao plantio ou criação de animais. A seguir falas que caracterizam o exposto:

“Sim, existe uma diferenciação para atender. Os tradicionais têm mais dificuldades de assimilar a orientação” (ERA3).

“Sim a assistência é diferenciada. Eles só acreditam se fazemos UD (Unidade Demonstrativa) para que se note a diferença” (ERA5).

“Sim, deve ser diferente. Devido muitas vezes o grau de instrução dos mesmos serem diferentes, por isso cada caso deve ser avaliado de uma maneira particular” (ERS1).

“Sim acredito que para os povos tradicionais deve-se buscar o conhecimento para o resgate e valorização de algumas tecnologias como: implantação de quintais agroflorestais, e criação de abelhas sem ferrão buscando sempre formas de criar animais e cultivar lavouras dependendo o mínimo possível de recursos externos” (ERAG6).

Nesta ocasião, mais uma vez Paulo Freire (1988) mostra que: “Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.

Por outra parte, representando minoria, porém com certa significância, alguns profissionais disseram que na prática de ATER “não devia ter distinção entre povos-tradicionais ou não”, justificando em suas colocações que o/a profissional de extensão rural

deveria realizar atendimento “igualitário a todos”, independente de ser “povo tradicional ou não tradicional”. Um fator marcante na discussão abaixo ficou evidenciado sobre episódios de realização de projetos direcionados a produtores sem a devida investigação das necessidades advindas da realidade exposta. Observe:

“Não sei se deve haver diferença, pois penso que na assistência prestada a qualquer família rural, seja ela considerada um povo tradicional, ou não, deve-se sim, respeitar os seus costumes e culturas, levando em consideração o seu saber, e suas crenças. Nós, enquanto extensionistas temos a ilusão de que sabemos tudo e que o nosso público alvo, nada sabe, com isso chegamos querendo impor “saberes e inovações” sem respeitar a realidade e necessidade local. Muitas vezes elaboramos projetos dentro dos escritórios, sem conhecer a realidade local para a qual aquele projeto está sendo pensado. Temos que parar de fazer assistência técnica e passarmos a fazer extensão rural, com e para, através de metodologias participativas e inclusivas, respeitando as questões de raça, gênero, etnia” (ERAG5).

Isto nos remete acreditar no modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais. Com raízes “difusionistas”, pois visa apenas divulgar, impor ou estender um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas.

D - A RELAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nesta parte da pesquisa a definição de desenvolvimento local foi colocada à tona com o propósito de se investigar de que modo os profissionais da assistência técnica e extensão rural do Tocantins definiram o Desenvolvimento Local. Ao analisar as respostas, averiguou-se que quase todas exibiram cunho sócio, cultural, econômico e ambiental em suas definições, bem como sinalizaram a participação de atores sociais, melhorias de condições de vida e qualidade de vida. Alguns termos como: “Estados, cidades, local e comunidades” também apareceram em boa parte das definições citadas, onde nos leva a crer uma forte ligação com a territorialidade ao ser explicitada.

Diante das variedades de respostas, observamos algumas:

“Defino como uma promoção a participação e o diálogo a nível local, estabelecendo a ligação entre as partes interessadas do setor público e privado e os respetivos recursos, com vista a uma melhor qualidade de vida das famílias, respeitando sempre questões sociais, culturais, económicas e ambientais relativas a um território/região, tendo como foco principal a emancipação” (ERS8).

“Desenvolvimento Local é implementar ações em territórios ou microrregiões que permitam a ativa participação do cidadão o efetivo controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento da sociedade civil e o empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão” (ERS3).

“Um importante meio de fortalecer a democracia e combater a pobreza, através da implantação e implementação de políticas locais que venham ao encontro dos cidadãos, permitindo a ativa participação e inclusão social” (ERS2).

“Processo que agrupam pessoas em prol do desenvolvimento de uma determinada região. Faz parte desse desenvolvimento não só a questão econômica (na geração e transferência de renda), mas também as melhorias das condições de vida (sejam na área da saúde, educação, lazer e outros)” (ERS1).

“São ações direcionadas ao público local de uma determinada comunidade, com o objetivo de levar conhecimento para que esta população melhorando as condições sociais, ambientais, econômicas e de saúde, levando-os a ter uma melhor qualidade de vida (ERAG7).”

“É o desenvolvimento/ crescimento de determinada comunidade/local, pensado de forma endógena, partindo do ser humano, passando pela família, atingindo a comunidade e até mesmo cidades e regiões. Penso que o desenvolvimento local deve ser pensado de forma sustentável, abrangendo não apenas o aspecto econômico, mas também o social, ambiental, cultural, entre outros (ERAG1).”

Deste modo, o “desenvolvimento local para Paulo de Jesus pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim se trata de um esforço

localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais” (JESUS, 2003, p.72).

Por outro lado, alguns e algumas extensionistas rurais acreditam que o desenvolvimento local está atrelado a questão apenas econômica, de produção de bens, aumento de produtividade e comercialização; desconsiderando toda as outras áreas que seriam pertinentes para um mais apropriado desenvolvimento integrado passando não só pela área produtiva do campo. Assim temos:

“Suponho que sejam atividades as quais promovam o crescimento das demandas econômicas, sejam investimentos na produção de bens de consumo e na própria comercialização dos mesmos” (ERAG2)

“Uma cadeia de produção, consumo e comercialização, de forma organizada formal com critérios a serem observados e disponíveis ao processo de avaliações no início, meio e fim. (ERA1).”

“O desenvolvimento local pode acontecer com a introdução de tecnologias que visa a melhoria e o aumento da produtividade no campo. (ERAG8).”

Neste sentido explica Cox (1998:7) *apud* Patrícia Queiroz (2005), dado o complexo habitat econômico e social em que vivemos, o importante é não só crescer economicamente, mas também, e fundamentalmente, que este crescimento garanta o bem-estar social da maioria da população. Em outros termos, a qualidade do desenvolvimento é tão ou mais importante que a mera expressão quantitativa dos indicadores com que ele é mantido. O desenvolvimento local é acima de tudo uma prática política.

Ao mobilizar as forças ativas da sociedade local, potencializando o capital social dos diferentes atores sociais que interagem na produção da vida e nas relações sociais entre os membros de uma determinada comunidade, o localismo, assim conformado, teria plenas condições de impulsionar um processo de desenvolvimento baseado na descentralização e na cooperação solidária, cujos resultados seriam: maior democratização social, participação popular, justiça social, vitalidade econômica e, por fim, redundar em desenvolvimento regional. (NAVARRO YANEZ, 1998) *apud* (PATRÍCIA QUEIROZ, 2005).

Com intuito de abranger que ideias os/as extensionistas que representaram o trabalho de ATER no Estado do Tocantins tinham sobre experiências com Desenvolvimento Local -

DL numa comunidade, foi solicitado que descrevessem uma situação que traduzissem suas visões e percepções. Estes relatos poderiam ser reais ou imaginários, porém, que acreditassem ser e/ou gerar D.L. na área de atuação de cada um/a.

Destarte, ficou constatado que na maioria das respostas apresentadas, foram direcionadas a questão da mudança de realidade local atrelada a temas como: Segurança Alimentar e Nutricional quando voltada a mudanças de hábitos, o Associativismo, o Cooperativismo como fator de contribuição e geração de D.L direto, bem como as técnicas agropecuárias ocorrida no campo partindo da realidade local a qual é assistida, o beneficiamento dos produtos naturais, os espaços criados para implantação de feiras livres, as atividades não agrícolas como os artesanatos, as culturas e tradições de alguns povos, a preservação da natureza e os programas governamentais de incentivo aos produtores/as rurais. Temos assim, a caracterização por meio dos relatos abaixo:

“Na maioria tudo que se consome poderão ser adquiridos ou mesmo produzidos na própria comunidade e os excedentes comercializados fora via cooperativa. Mudança dos hábitos alimentares e modo de sobrevivência, reeducação, diminuindo o uso dos produtos alimentícios industrializados para os naturais, mais saudáveis” (ERS8).

“As feiras comunitárias dos pequenos agricultores que tem o apoio do Ruraltins” (ERA4).

“Um bom exemplo a ser citado, é o das quebradeiras de coco babaçu, que não só no Tocantins como no Maranhão, Piauí e Pará. Conseguiram se articular e formar uma organização conhecida como, “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco” (MIQCB), com isso ganharam força, conquistaram olhares e investimentos governamentais. Atualmente comercializam o óleo e outros derivados da castanha, além de produzirem variados tipos de artesanatos de forma sustentável. Assim além da melhora na renda familiar, proporcionaram o desenvolvimento da comunidade em vários aspectos, tais como: ambiental, social e econômico. Elas utilizam os recursos naturais, porém, garantem a preservação da natureza ali existente” (ERA1).

“Comunidade com muitas crianças desnutridas, analfabetas e com famílias com dificuldades de organização e escoamento da produção. Após intervenção da extensão consegue-se reverter quadro de desnutrição e escolaridade, através da inclusão dessas crianças em programas sociais de modo a garantir a permanência destas na escola. Através de parcerias com prefeituras, consegue-se melhorar as estradas e transporte para escoamento da produção, além de inclusão em programas governamentais de aquisição de alimentos. Pensa-se e executa-se também, a capacitação continuada em associativismo e começa-se a trabalhar os grupos de interesse” (ERS2).

“Um exemplo é a comunidade Sete Barracas, município de São Miguel, onde existem grupos de mulheres quebradeiras de coco que lutam pela preservação das florestas de babaçu e ao mesmo tempo desenvolvem trabalhos voltados para a geração de renda das famílias locais, na produção, organização e comercialização não só dos subprodutos do babaçu, mas também da extração de outros produtos da floresta. Paralelo elas também elaboram projetos em parcerias com entidades governamentais e ONG, para melhoria da qualidade, da constância e da continuidade dos produtos produzidos. Além de trabalharem as famílias para o aumento do capital social.” (ERAG3).

“Deixar de queimar os restos culturais de uma determinada lavoura, para que estes sirvam de adubação orgânica para os próximos plantios, assim a comunidade não irá ter problemas respiratórios devido a fumaça e também aumento de produtividade das culturas subsequentes.” (ERA7).

“Grupo de mulheres com artesanato que vendem sua produção em feiras de artesanato ou até mesmo em feiras, ou um grupo de apicultores de uma certa comunidade, isso traz de certa forma um desenvolvimento, não só de crescimento, mais também do trabalho em grupo, do convívio, do respeito e de conhecimento.” (ERS5).

“Implantação do Projeto Despertar em Fortaleza do Tabocão – TO, projeto que beneficiou 35 famílias de agricultores familiares, com horticultura irrigada e milho verde também irrigado, onde os beneficiários participaram de capacitais em produção agroecológicas aproveitando também os conhecimentos existentes, acesso ao mercado e inserção de políticas públicas específicas para agricultura familiar como PNAE, Compra direta local E PRONAF.” (ERAG8).

“A capacitação do agricultor familiar tornando-se mais competitivo conquistando novos mercados e agregando valor aos seus produtos.” (ERAG2).

“A inclusão social, o fortalecimento e a diversificação de economia local, a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais, a mobilização social.” (ERS1).

“Uma formação de uma associação ou uma cooperativa com uma visão de desenvolvimento não só para os associados ou cooperados como também para a comunidade que participem os mesmos.” (ERS3).

“Uma situação em que o agricultor possa produzir um alimento de qualidade, consumir, comercializar e receber um preço justo.” (ERAG7)

Ao observarmos as respostas dos/as extensionistas rurais percebemos que as definições dadas nos remetem a acreditar que boa parte das atividades desenvolvidas, bem como a maneira de pensar sobre o DL na prática extensionista correspondem com o conceito de alguns autores. Temos desta maneira a reafirmação das falas expostas por meio de Brás Callou (2006) quando ressalta que é enfático o DL quando afirma que o Estado, por sua vez, vai tentar estimular a mobilização e participação da população, principalmente as localizadas no meio rural, por meio de diferentes formas de organização social como conselhos, sindicatos, fóruns, associações, entre outras, para, então, viabilizar estratégias promotoras de desenvolvimento local.

Para Augusto de Franco (2000) *apud* Michele Maciel (2012, p.31) também destaca que, para que essas potencialidades locais se efetivem, é preciso reunir alguns fatores, dos quais destaca: a importância do nível de investimento na educação da população – o que vai possibilitar que as pessoas tenham condições de tomar iniciativas e assumir responsabilidades; é preciso que haja uma participação efetiva da sociedade em vistas à promoção de mudanças; e, a capacidade de atrair investimentos externos para

desenvolver as potencialidades existentes no local – o que vai definitivamente depender dos fatores mencionados anteriormente. Nesse sentido, o referido autor argumenta:

Para tornar a dinâmica uma potencialidade é preciso identificar uma vocação e descobrir as vantagens de uma localidade em relação às demais. Mas isso não basta, porque o desenvolvimento não é só desenvolvimento econômico. É preciso que um conjunto de fatores de desenvolvimento seja estimulado. Basicamente é preciso que as pessoas tenham acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder.

Tal perspectiva de Augusto de Franco (2000) *apud* Michele Maciel (2012, p.31) se aproxima da definição de desenvolvimento local, concebida por Franklin Coelho (2001, p.57), o qual conceitua desenvolvimento local, como abaixo:

O desenvolvimento local como a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração de cadeias produtivas e redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Nesta perspectiva do DL exposto acima pelos profissionais, fica evidente que as práticas extensionistas proporcionadas as famílias agricultoras nos levam a crer que são desenvolvidas dentro de alguns padrões estimados da PNATER, na medida em que se é realizado um esforço significante para atender, inserir e compreender o público assistido de necessita da assistência técnica oferecida pelo Estado do Tocantins via Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins.

Ficou evidenciado que no exercício da Extensão Rural nos serviços de assistência técnica oferecida pelo Ruraltins, apresentaram algumas facilidades em suas práticas laborais diárias nas quais os/as profissionais acreditam contribuir diretamente para o desenvolvimento local. Assim, maior parte das respostas evidenciaram que a atual quantidade e a diversificação de profissionais que compõem a equipe técnica do instituto é um ponto forte de contribuição, em seguida vieram as unidades de escritório distribuídas pelo Estado, tendo representação significativa por estar presente em boa parte das cidades do Estado, em seguida proferiram a importância do Ruraltins no processo de DL por ser o órgão que leva os programas governamentais direcionados à agricultura familiar aos produtores da região, como por exemplo o PNAE, PAA, PRONAF e os créditos rurais. Por último a credibilidade e confiança do público alvo assistido foi mencionado. Analisemos por meio dos relatos:

“Equipe técnica nas diferentes áreas de atuação, executor dos programas e projetos advindos das políticas públicas que fomentam a agricultura familiar (PRONAF, Credito Fundiário, PNAE E PAA)” (ERAG2).

“A equipe multidisciplinar que nos acompanha nas viagens para o campo, assim somos vários colegas com diferentes conhecimentos” (ERS7).

“Empresa de Assistência Técnica Oficial do Governo do Estado; Quantidade expressiva de extensionistas efetivos; Credibilidade e confiança do público alvo” (ERAG8).

“A maior facilidade é o tamanho do órgão, que tem várias unidades espalhadas no Estado, o que permite grande raio de atendimento. Outra facilidade é a variedade de profissionais existentes, que permite atendimento nas mais diversas áreas” (ERA1)

“É facilitada através dos pontos fortes que o Ruraltins possui que conta uma equipe multidisciplinar nas áreas produtivas, ambiental, social e administrativa” (ERA3).

“A extensão rural no Ruraltins tem a vantagem de estar presente em 92 municípios espalhados por todo o Estado do Tocantins através de suas Unidades Locais de Execução de Serviço, as ULES, isto facilita a logística de atendimento aos produtores rurais, bem como a identificação dos problemas de cada região de acordo as características climáticas, edáficas, econômicas e culturais” (ERA4).

“A abrangência e capilaridade do órgão facilitam muito este trabalho, mas principalmente o contato direto e a convivência dos técnicos com as pessoas envolvidas” (ERAG4)

“O Ruraltins por ser o órgão oficial de Extensão rural é o principal executor das políticas pública para as comunidades rurais” (ERAG6).

“A maior facilidade se deve a distribuição de escritórios em quase todos os municípios do estado, aproximando mais a extensão ao produtor. Uma maior diversidade de técnicos” (ERS8).

Em sua minoria, porém com representação importante, foram reveladas respostas de profissionais que acreditam que a assistência técnica atrelada a extensão rural do instituto não contribui para o DL dos serviços prestados quando são compreendidas no tocante “oportunidade de condições de trabalho vinculadas principalmente a ferramentas de trabalho e infraestrutura”. Observemos:

“Do meu ponto de vista, desde minha admissão até o momento atual, o órgão não proporcionou meio e nem condições de trabalho que possam favorecer algum desenvolvimento local. Ao contrário, cada dia aparece mais dificuldades” (ERS2).

“Facilidades, poucas, pois não temos estrutura para darmos prosseguimento a qualquer projeto que podemos dar início, por motivos de transporte, combustível e etc. tenho muitos projetos, mas batem de frente com as dificuldades que o instituto está passando. Começar e não poder acompanhar para darmos continuidade ao projeto em si, traz muita incredibilidade, pois temos que acompanhar e se fazer presente na comunidade” (ERAG1).

Quando perguntados, o que indicariam para potencializar ou otimizar essas

atividades no Ruraltins, foram evidenciados que entre os/as profissionais de extensão rural, a necessidade de cursos de formação e treinamento foram citados com mais frequência, logo após vieram as melhores condições de trabalho, projetos de extensão com planejamentos e acompanhamentos contínuos, seguido de conquistas de contratos e chamadas públicas para serem desenvolvidas, mais apoio do governo, seja municipal, estadual ou federal, a inclusão de metas no órgão para ações de desenvolvimento local em comunidades tradicionais, o piso salarial dos extensionistas, que não haja interferências de políticas partidárias nas atividades cotidianas, o comprometimento dos/as profissionais com o trabalho e por fim desenvolver projetos de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Vejamos:

“É necessário mais apoio do governo, seja municipal, estadual ou federal, para elaborar mais atividades de campo e outros cursos e projetos de extensão” (ERS2).

“Buscar capacitar todos os técnicos, principalmente aos novos na extensão rural, ganhar chamadas públicas e novos contratos, que garantam benefícios financeiros ao órgão; desenvolver projetos de incentivo ao associativismo e cooperativismo nas comunidades locais, proporcionando cursos de qualificação, para aumento da produtividade, agregação de valores aos seus produtos e maior competitividade comercial” (ERS8).

“Políticas públicas que trabalhe, enfoque, potencialize os diferentes grupos de nossa sociedade” (ERAG1).

“Treinamento continuado do corpo técnico; melhores condições de trabalho; Liberação de mais recursos por parte do governo estadual”. (ERAG2).

“É importante valorizar o trabalho do extensionista, pagando pelo menos o piso salarial. Também é muito importante treinamentos que ensinem esses extensionistas a trabalhar em sinergia, entendo melhor os objetivos das comunidades. E o que não pode faltar para otimizar essas atividades são aplicação de tecnologias, que farão sem dúvida trabalho do extensionista e do produtor render mais” (ERAG6).

“Políticas públicas voltadas para desenvolvimento local, com assistência técnica contínua e especializadas em desenvolvimento local” (ERA3).

“1º Destinação de recurso de custeio das ações; 2º Capacitação dos técnicos em desenvolvimento local e comunidades tradicionais; 3º Inclusão de metas no órgão para ações de desenvolvimento local e comunidades tradicionais” (ERA5).

“Acredito neste Instituto existem técnicos com muito tempo de exercício e que precisam de ações motivadoras para que renovem seus conhecimentos e suas motivações, também existem muitos que chegaram recentemente, a grande maioria sendo o primeiro emprego, por isso também precisam de treinamentos para que possam conhecer suas competências enquanto extensionistas rurais, para que trabalhem de forma correta e não percam o foco” (ERS3).

“A abrangência e capilaridade do órgão facilitam muito este trabalho, mas principalmente o contato direto e a convivência dos técnicos com as pessoas envolvidas”. (ERA8) ”

“Que não haja interferências politiqueras nos trabalhos técnico e nas execuções. (ERS1).

“Uma melhor condição de trabalho e um reconhecimento do extensionista”. (ERS3).

Pode-se perceber que o fator “renovação” e “reciclagem” foi mencionado como solução para criar motivação entre os/as extensionistas nas atividades e demandas a serem desenvolvidas e concluídas. Independentemente de política e das esferas que compreendem o atual cenário de ATER no Estado, percebe-se a necessidade do reconhecimento da categoria, seja, financeira, estrutural e de ordem política, principalmente no que se refere a parte organizacional do instituto para que se possa dar subsídio ao trabalho a ser realizado.

Mais adiante, foi perguntado via questionário, sobre quais seriam as dificuldades da extensão rural no Ruraltins apresentava para desenvolver um trabalho que acreditariam contribuir para o desenvolvimento local, foram expostas pelos profissionais do instituto como fatores negativos as respostas que incluíram: Primeiramente as condições estruturais do órgão em seus mais diversos escritórios, onde enfatizaram não dar a mínima condição para os/as profissionais exercerem suas funções laborais, a falta e/ou sucateamento de automóveis para garantir a segurança dos servidores/as quando se deslocam á trabalho, bem como a falta de combustível e equipamentos para ser exercidas as atividades na área social, ambiental, a agropecuária em campo, foram à tona também as questões burocracias bancárias para análise de projetos destinados/as aos/as agricultores/as e por fim a falta de planejamento das unidades locais.

“Infraestrutura, carro, combustível e gestão. (ERA5)”

“A escassez de apoio por parte das autoridades que correspondem tais assuntos e as burocracias bancárias para os projetos agrícolas. (Extensionista Rural Coruja Orelhuda)”

“A questão estrutural do órgão também dificulta as execuções das ações, devido as precárias condições de alguns carros, falta de combustível, ausência de recursos para pagamento das diárias, entre outras. (ERAG3)”

“Outro grande desafio é trabalhar em conjunto (com uma equipe multidisciplinar). Pensar que em única viagem a campo, podemos alcançar vários objetivos, e trocar diversas experiências com outros profissionais. (ERA7)”

“Técnicos sem perfil para trabalhar com extensão rural, repasse de recursos insuficiente, pouco conhecimento técnico sobre como deve ser o trabalho na extensão rural. (ERAG2)”

“Ênfase apenas no desenvolvimento econômico e produtivo, sem dar a devida importância às outras faces do desenvolvimento. (ERAG6)”

“O órgão tem grande dificuldade para receber investimentos via Estado, embora cumpra seu papel e se sustente financeiramente através dos projetos bancários, convênios e chamadas públicas, o dinheiro que vai para a conta do governo não retorna em sua totalidade como investimentos. Dessa forma é notável a carência de uma frota nova e de qualidade de carros, de computadores, de receptores GPS, de

kits de atendimentos nas mais diversas áreas, como social, ambiental, pecuária (bovinocultura e piscicultura). Também é notável o descaso com o pagamento das diárias dos técnicos, que muitas vezes demoram mais de 6 meses para receber, tendo custeado muitas atividades, o que certamente os desestimulam a fazer um bom trabalho. Além disso a própria estrutura física dos escritórios de trabalho, que não se encontram no padrão mínimo de qualidade quando se fala em temperatura, luminosidade, adequação de cadeiras, mesas e tantos outros problemas que muitas vezes tornam o trabalho insalubre. Outra dificuldade é a pouca integração entre os servidores, em toda a sua história só houve uma reunião geral. (ERAG7)”

“Ingerência política, descontinuidade dos trabalhos devido a mudança de governo, falta de compromisso do gestor do órgão em relação a implantação de políticas desenvolvimento local, falta de planejamento das unidades locais, técnicos sem nenhuma capacitação em metodologias de extensão rural e desenvolvimento local (ERS5)”.

“Poucas condições para manter uma regularidade de visitas, veículos sucateados, falta de combustível, técnicos sem compromisso, pouca estrutura em equipamentos nos escritórios locais. (ERS3)”.

“Falta de automóveis em bom estado para garantir a segurança dos servidores, combustível, escritórios com condições de trabalho, com iluminação, ar condicionados, impressoras, computadores para os servidores, pois em muito só existem um computador para 10 servidores, com uma estrutura boa o servidor terá o comprometimento com a comunidade, acompanhando melhor a comunidade e assim organizando grupos de mulheres, grupos de jovens, o que seja, formando com eles uma identidade para a sua comunidade, gerando assim um desenvolvimento local. (ERAG8)”

“Falta de uma política específica do órgão para desenvolvimento dessas ações e limitada disponibilidade de recursos para custeio das referidas ações. (ERS7)”.

“Hoje o principal problema se encontra no âmbito financeiro, pois este é o responsável em promover a melhoria na estrutura do órgão, temos problemas com veículos antigos, falta de materiais, computadores, mobílias e outros itens que não são comprados não pela falta de vontade dos gestores, mas pela falta de verba. (ERA4).”

“O principal entrave é o sucateamento dos veículos e a precariedade dos prédios e equipamentos dos escritórios, menos interferência política. (ERS1)”.

“Que haja prova de conhecimento para os profissionais que queiram pleitear um cargo na estrutura do órgão. (ERS2)”.

Nota-se que na maior parte das respostas ligam o DL nas atividades prestadas e que almejam prestar, está diretamente ligada a falta de subsídio de ordem econômica/financeira na qual atrelam a situação inteiramente a parte física e estrutural do ambiente que está sendo exercida a atividade laboral diária. A ausência de incentivo governamental nessa ordem é vinculada ao processo que possivelmente os/as levariam alcançar o DL nas práticas laborais, bem como as complicações enfrentadas de ordem bancárias referentes as liberações de créditos financeiros ligados a terra e posteriormente ao incentivo das práticas volvidas as atividades da agricultura familiar; visto que em outros momentos das perguntas realizadas,

que o DL é de peça importante para o sucesso de um bom trabalho desempenhado dentro da ATER, isto significa dizer que mesmo com todas as falhas de ordem governamental, muitas dessas atividades deixam de almejar o propósito final dentre tantas outras, que é o de alcançar o DL.

Ao mesmo tempo em que externaram suas dificuldades nas atividades cotidianas em relação à prática da extensão rural direcionadas ao processo do desenvolvimento local, sugeriram para minimizar ou eliminar essas dificuldades algumas possíveis soluções, dentre elas: Facilitar por meio de um ambiente virtual, maior integração entre as unidades locais para que haja troca de informações entre técnicos, uma melhor gestão do órgão, criar um calendário fixo de atendimento contínuo priorizando as ações para as famílias produtoras, oferecer treinamento e capacitação da equipe técnica do instituto, bem como firmar parcerias com órgãos que atuem em pesquisas científicas, com intuito de incentivar à mesma entre os profissionais, promover eventos culturais como feiras e workshops, realizar pagamento de diárias com regularidade para o deslocamento dos/as profissionais, um maior incentivo do governo para a agricultura familiar, tornar a extensão rural uma prioridade nas políticas de governo, e por último, valorizar o trabalho de qualidade dos extensionistas e punir os que não fazem ou que destroem o patrimônio do órgão.

Consideremos as falas que reafirmam de fato o exposto anteriormente:

“Firmar calendário fixo de atendimento contínuo priorizando as ações” (ERA1).

“Treinamento e capacitação da equipe técnica, bem como parcerias com órgãos que atuem em pesquisas científicas; Incentivo à pesquisa; Melhoria da infraestrutura do órgão e aquisição de aparelhagens modernas; Parceria com outros órgãos públicos e com a comunidade em geral; Valorização dos profissionais; Promover eventos culturais, como feiras e workshops, entre outros, visando à divulgação dos projetos desenvolvidos pelo órgão; Facilitar por meio de ambiente virtual uma maior integração entre as unidades locais para que haja troca de informações entre técnicos” (ERS1).

“Focalizar em cursos, oficinas que foquem a importância de se trabalhar em conjunto/coletivo” (ERAG1).

“Executar cursos voltados não só a área da produção, mas também da área social e ambiental, principalmente no que se refere à temática do associativismo, por ser de grande demanda no Estado, e pouco, ou quase nenhum profissional apto” (ERAG3).

Treinamento e seleção do corpo técnico com base no perfil adequado para atuar na extensão rural; Treinamento em metodologias participativas; Estudos antropológicos e sociais das comunidades atendidas; Inserção de profissionais da antropologia e sociologia no corpo técnico do órgão (ERS3).

“Rapidamente as técnicas de gestão” (ERA7).

“Capacitar os técnicos em metodologias de extensão rural de desenvolvimento local; preencher os cargos estratégicos do órgão com servidores que tenham experiências em desenvolvimento local, criar uma política de valorização dos técnicos que apresentam resultados satisfatórios Planejamento estratégico” (ERA5).

“Elaboração de política específica do órgão voltadas as ações e destinação de recursos para custeio” (ERAG2).

“Tornar a extensão rural uma prioridade nas políticas de governo, trazendo investimentos que possibilitem um atendimento de forma efetiva à população e melhor as condições de trabalho dos extensionistas” (ERAG4).

“Planejamento de longo prazo comprometimento dos diretores ministerial” (ERAG5).

“Fortalecer as comunidades. Menos interferência política. Profissionais de carreira no comando e comprometida com o poder público. Que haja prova de conhecimento para os profissionais que queiram pleitear um cargo na estrutura do órgão” (ERAG8).

“Em primeiro lugar seja feito um levantamento das principais dificuldades que esses povos tradicionais enfrentam, depois um diálogo com órgãos que trabalham com diretamente com esses povos e depois buscar uma melhora nas condições dos órgãos e um treinamento com os técnicos para que seja feito um intercâmbio de conhecimentos dos mesmos” (ERAG6).

Diante do exposto, as explicitações referentes aos pontos que evidenciaram as facilidades e fragilidades nos trabalhos extensionistas abarcado as suas práticas diárias, onde estiveram por fazer um ligamento ao DL, mostraram em alguns momentos que os/as profissionais em seus argumentos na tentativa de explicar tais fatos, acontecimentos e a visão exposta de condições de melhoria ou não, de fato em algumas ocasiões foram praticamente unânimes ao serem expostos como respostas críticas e sugestivas, o que nos leva a crer uma proximidade real do trabalho extensionista com a realidade vivenciada. A questão do DL colocado à tona, nos leva a entender que entre os mais diversos postos que ele assume, mostra-se de maneira diferenciada quando são explicados nas áreas ambientais, sociais e de produção agropecuária, trazendo em cada conceito expostos suas particularidades de acordo com a vivência de cada extensionista rural.

Por fim, foi perguntado aos/as extensionistas rurais do Ruraltins qual a relação que acreditariam existir de povos tradicionais e um possível Desenvolvimento Local? Neste momento as mais diversas respostas foram originadas, dentre elas, em sua maioria, todos/as acreditaram na existência direta e essencial ao se trabalhar com os povos tradicionais a necessidade de desenvolver atividades que levassem ao DL proposto por cada um/a. Ficou evidente que a questão das tradições, modos e costumes trazidos pelos povos tradicionais são

pontes diretas para um possível desenvolvimento local, em seguida constatou-se que seria necessário para isso a criação de uma economia local como forma de geração de renda, bem como um acompanhamento feito por extensionistas rurais na possibilidade de compreenderem juntos as realidades de cada povo assistido, sendo eles/elas um caminho importante para que seja alcançado com êxito o DL, este atrelado a melhoria das condições de vida, sendo elas por meio de atividades agrícolas e/ou não agrícolas (em especial os artesanatos). Segue abaixo relatos:

“Pelo fato dos povos tradicionais serem minorias e possuírem grandes potenciais de cultura (envolvendo hábitos, costumes, culinárias, artesanato, danças, rituais e outros), o desenvolvimento local pode ser um grande foco, tendo em vista a manutenção/ transferência da economia local, a disponibilização trabalho e renda a sociedade e superação dos desafios” (ERS2).

“Parte fundamental no processo de desenvolvimento que passa primeiramente por ele. O local só se desenvolve se o seu povo se desenvolve juntamente. Não existe desenvolvimento local sem o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de sua população” (ERAG1).

“Os povos tradicionais são muitas vezes responsáveis pelo alimento que vai para o consumo nas cidades. Quando há evolução do campo de uma forma geral todos são beneficiados por com a qualidade e quantidade de alimentos, que influenciam na saúde e vida financeira da região. Além disso, quando se trata da relação de povos tradicionais e o Desenvolvimento Local há de se aferir que estes estão e devem estar inseridos como parte desse desenvolvimento, pois agregam a região uma identidade social e cultural que permite diferencia-la de outras, o que a torna única e sustentável por conta de sua singularidade” (ERA4).

“Acho que os povos tradicionais estão intimamente relacionados com o desenvolvimento local. Caso contrário, eles não teriam sobrevivido gerações, produzindo produtos saudáveis e em quantidades suficientes para mantê-los em seus territórios” (ERA2).

“Acho que os povos tradicionais estão intimamente relacionados com o desenvolvimento local. Caso contrário, eles não teriam sobrevivido gerações, produzindo produtos saudáveis e em quantidades suficientes para mantê-los em seus territórios” (ERS3).

“É aproveitar as capacidades existentes para melhorar a qualidade de vida. Valorizando o conhecimento acumulado da comunidade nas áreas envolvidas no processo” (ERAG8).

“A relação de não perder sua cultura e ainda assim obter conhecimento para gerar renda e mostrar seus produtos, além de sua comunidade” (ERA8).

Também estiveram presentes relatos ligados as questões referentes à fixação do homem no campo, seguida da questão do respeito necessário aos povos tradicionais, neste momento, entendemos que a questão da sabedoria popular dos povos tradicionais e a científica dos/as extensionistas devem ser pensadas e compreendidas de acordo com a

realidade assistida, respeitando os limites de cada um/a. Foram observadas também que as questões das relações entre si são importantes para o fortalecimento de todos/as; ficou notório ainda que o DL não deve ser visto apenas pela parte econômica, mas de melhores condições de vida via políticas públicas ofertadas. Temos assim:

“Meios que favoreçam fixar o homem no campo” (ERA3).

“Sim acredito numa relação sadia e promocional, só precisa as partes respeitarem os limites do outro” (ERAG5).

“Acredito que as relações existentes nessas comunidades contribuem para um desenvolvimento local, haja vista que as mesmas buscam diminuir as precárias condições sociais onde geralmente estão inseridas e não apenas uma evolução econômica” (ERA1).

“A valorização dos seus costumes dos seus produtos e o incentivo ao resgate cultural sem esquecer a modernização da cadeia produtiva através do acesso as políticas públicas” (ERS1).

Nestes relatos expostos, uma fala ficou evidenciada que a ausência de entendimento sobre as políticas públicas destinadas aos povos tradicionais do/a extensionista em questão, bem como a descrença de arriscar-se a levar ou tentar um possível processo de DL, estaria longe da realidade assistida ou a ser assistida. Pode-se observar também que neste relato, há uma diminuição na compreensão das técnicas praticadas que possivelmente poderiam existir por parte dos povos tradicionais assistidos. Isto fica evidenciado quando o/a extensionista usa o termo “a falta de tecnologias mais evoluídas” De fato, a possibilidade do/a profissional não estar á parte da PNATER é praticamente provada. Notemos:

“Minha opinião é que a relação existente entre povos tradicionais e Desenvolvimento Local é de pouquíssima possibilidade, pois na maioria das vezes a falta de tecnologias mais evoluídas, de políticas de incentivos e inclusão social dessa população deixa em muitos casos as mesmas, em extremo abandono” (ERAG3).

Destarte, neste capítulo evidenciamos as práticas extensionistas no Estado do Tocantins, especificamente o caso do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, atualmente o responsável por levar assistência técnica via extensão rural ligadas as políticas públicas e programas governamentais as famílias produtoras rurais, especificamente agricultores/as familiares. Contudo, ao percorrer toda escrita aqui apresentada, fez-se necessária assim apresentar alguns relatos, os quais partiram dos/as extensionistas que fazem parte do instituto. Estão presentes nestes relatos, as visões, experiências, conhecimentos, sugestões e críticas ás atuais práticas extensionistas oferecidas, os laços que a extensão rural possui com os povos tradicionais da região e o desenvolvimento

local atrelado aos demais.

Os resultados desta pesquisa que aconteceu com a colaboração direta de Extensionistas rurais, dá ênfase e faz-se necessária para uma discussão mais aprofundada, com a presença de eixos transversais de suma importância quando principalmente o foco inclinado e direcionado as categorias de estudos dos vastos povos que compõem o cenário brasileiro tocantinense.

E - CONCLUSÃO

Nesta parte do trabalho, buscaremos realizar algumas considerações acerca dos resultados obtidos pela pesquisa onde consideramos as práticas das atividades extensionistas, movidas pela política nacional de assistência técnica rural, os povos tradicionais existentes e os profissionais da extensão rural que compõem o quadro de servidores do Instituto Rural do Estado do Tocantins.

Deste modo, faz-se necessário retornarmos ao começo desta dissertação na qual ressaltamos que o objetivo principal teve como intuito produzir elementos que respondesse ao problema de pesquisa: “De que maneira os povos tradicionais são assistidos e compreendidos na prática extensionista, bem como se apresenta a concepção dos/as extensionistas rurais do Estado do Tocantins em relação ao Desenvolvimento Local?”

A partir daí definimos como objetivo geral: “Analisar as práticas extensionistas dos servidores do Estado do Tocantins vinculados ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – TO, designadamente para a concepção do Desenvolvimento Local e a compreensão dos Povos Tradicionais da região. Como objetivos específicos definimos: A) caracterizar a partir da pesquisa documental e relatos, a criação do Estado do Tocantins e o sistema de Extensão Rural implantado; B) analisar as práticas extensionistas desenvolvidas pelo Ruraltins e sua relação com o Desenvolvimento Local; C) apresentar a compreensão que os extensionistas possuíam ou acredita ter em relação aos povos tradicionais.

A seguir, sintetizamos elementos que a pesquisa produziu como resposta à pergunta acima retomada.

- 1- A pesquisa revelou que o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins surgiu praticamente junto com a criação do Estado do Tocantins, partindo da necessidade de contribuir para o desenvolvimento rural das famílias produtoras rurais, especificamente as praticantes da agricultura familiar. Neste contexto, ficou evidenciado que a criação do referido instituto, ao dispor de uma assistência técnica governamental gratuita aos produtores/as rurais, por sua extensão em exatamente 92 escritórios locais, 7 regionais e 1 central, e atualmente apesar de possuir um quadro variado de profissionais das áreas ambientais, sociais e de produção agropecuária, atualmente traz à tona problemáticas que remetem a questões pertinentes ao despreparo de profissionais que representem suas respectivas áreas de atuação no tocante “práticas de campo”, profissionais inseguros em atuar nas práticas

extensionistas, deixando de compreender temas basicamente de interesse obrigatório, como a visão de DL e povos tradicionais, visto que o Tocantins é uma área rica e representativa desses povos. Isto ficou evidenciado no momento em que a coleta de dados via questionários aos servidores do instituto se recusaram em participar, alegando o motivo descrito á cima. Nesta conjuntura faz-se necessário enfatizar que os/as profissionais que compreendem a área ambiental e de produção agrícola, foram as que mais representaram insegurança em participar; o que nos remete a pensar o despreparo desses profissionais oriundos de instituições de ensino onde possivelmente as práticas extensionistas e assuntos relacionados com a mesma, não existiram via disciplinas ou atividades voltadas à mesma. Sugere-se desta maneira, que estes/as profissionais sejam estimulados/as a realidade em que defrontam na assistência técnica tocantinense, com leituras e estudos mais aprofundados que lhes proporcionem mais segurança em atuar nas competências enquanto extensionistas rurais no campo.

- 2- Ficou evidenciado que na prática profissional diária dos/das extensionistas do Ruraltins na qual leva para as famílias assistência técnica, via extensão rural, que a forma de atendimento aos produtores/as está intimamente ligada as necessidades notadas por ambos (técnico/a e produtor/a) na propriedade e família assistida. Isto significa que das três áreas que dispõe o instituto por seus extensionistas (sendo a ambiental, social e agropecuária), mesmo que em algumas cidades do Estado do Tocantins o número de atendimento não seja tão expressivo partindo das demandas diárias, boas partes dessas atividades se enquadram a PNATER em suas especificidades ligadas a questões que englobam: “o desenvolver rural na perspectiva do meio ambiente, familiar e de produção agropecuária; nas atividades de campo com utilização apropriada dos recursos naturais, estes, com o propósito de preservação ao meio ambiente, via técnicas alternativas; aos serviços prestados com gratuidade, qualidade (isto inclui os esforços dos/as extensionistas na prática diária laboral), a acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural as famílias produtoras, seja via escritório ou na propriedade; ficou bastante evidenciada a adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, onde busca por meio de cursos, palestras e atividades ligadas ao associativismo e cooperativismo, fortalecer o grupo

assistido. Observou-se também, equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia quando atendem ao mais diversificados públicos existentes em suas regiões, dentre eles a dos povos tradicionais, acolhendo de certa forma experiências culturais, fazendo com que de certa maneira esses/as profissionais pratiquem o fortalecimento da segurança alimentar em seus mais amplos aspectos, seja ligado à parte da alimentação, produção ou das atividades não agrícolas.

- 3- Nos atendimentos das famílias no campo foi percebido que boa parte destes são realizados e/ou abrangidos via problematização e dialogicidade, o que de fato nos remete a acreditar que esses acompanhamentos seguem traços ligados a metodologias denominadas Paulo Freirianas³, onde a apropriação de novos conhecimentos e práticas, são levadas e ao mesmo tempo aprendidas, e isso de certa maneira caracteriza um trabalho mais próximo as realidades locais assistidas e uma forte possibilidade dos resultados serem satisfatórios tanto para os/as extensionistas quanto para o agricultor/a.
- 4- Ficou compreendido que sobre as experiências com povos tradicionais entre os/as extensionistas, que compõem o quadro de profissionais do Ruraltins, mais da metade disseram já terem contato via assistência técnica, com povos das suas regiões. Entre suas compreensões sobre eles ficaram marcantes a ligação com a preservação da cultura existente, dos costumes e do saber popular; bem como seus conhecimentos e organização social. Estes profissionais, de acordo com os parâmetros que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (BRASIL, 2007) encontram-se basicamente envolvidos em termos de compreensão sobre os povos tradicionais, mesmo aqueles ou aquelas que nunca tiveram experiências com os povos tradicionais, compreendem que essa prática deve ser diferenciada dos demais povos não tradicionais, porém respeitando as particularidades de cada povo atendido, mesmo que não seja tradicional.
- 5- A relação das práticas extensionistas e a concepção que os/as profissionais de extensão rural do instituto Ruraltins tem sobre desenvolvimento local, seja na teoria ou nas experiências vivenciadas, revelou ligações que exibiram cunho

³ - Trata-se então das metodologias, pensamentos e práticas abordadas pelo escritor Paulo Freire em seu livro “Extensão ou Comunicação” publicado em 1983, base fundamental para o entendimento teórico-prático quando se remete as práticas extensionistas rurais.

social, cultural, econômico e ambiental em suas definições, bem como sinalizaram para que seja alcançado o DL, faz-se necessário a participação de todos/as como atores sociais em busca de melhorias de condições de vida. A territorialidade foi outro fator marcante no processo que leva o DL na prática, partindo este do local assistido até as esferas que compreendem as comunidades, as cidades, Estados, países e afins. O conceito também esteve fortemente atrelado à mudanças de realidades locais junto a temas como: Segurança Alimentar e Nutricional quando voltada a mudanças de hábitos alimentares, o associativismo, o cooperativismo como fator de contribuição e geração de D.L direto, bem como as técnicas agropecuárias ocorrida no campo partindo da realidade local a qual é assistida, os beneficiamentos dos produtos naturais, os espaços criados para implantação de feiras livres, as atividades não agrícolas como os artesanatos, as culturas e tradições de alguns povos, a preservação da natureza e os programas governamentais de incentivo aos produtores/as rurais. Mobilização e participação.

- 6- Sobre as facilidades e dificuldades que as práticas extensionistas diárias apresentaram no Ruraltins ligadas ao desenvolvimento local, constatou-se que nas dificuldades ocorre uma expressiva falta de investimento do Estado, quando percebida e sentida nas atuais estruturas físicas do Ruraltins em praticamente todos os locais que possuem escritórios, assim como algumas ferramentas básicas de trabalho: carros para os deslocamentos dos/as extensionistas em boas condições e computadores em quantidade suficiente nos escritórios. Foi averiguado que alguns fatores ligados as políticas partidárias e a ausência de recursos para pagamento das diárias, tornaram-se fatores desmotivadores aos mesmos/as. Enquanto as facilidades, ficaram demonstrada pela diversificação que o atual quadro de funcionários possui como ponto de fundamental contribuição, os programas governamentais oferecidos, a quantidade de escritórios presentes nas cidades do Estado, estas são algumas principais, porém percebe-se que todas as dificuldades expostas são de ordem que competem o poder público. Para o almejado DL, em seus conceitos e abrangência apresentadas das mais variadas maneiras no campo das teorias e na prática estabelecida por alguns autores/as expostos no decorrer desta pesquisa, acredita-se que o conjunto de várias situações vivenciadas podem levar a concepção da aplicabilidade de técnicas, das relações pessoais e

firmação de parecerias locais, municipais, estaduais ou federais nas esferas que compreendem o poder público. Isto nos remete pensar soluções partindo das realidades concretas que estejam inseridos/as cada ponto mostrado neste documento.

- 7- As respostas sugeridas para minimizarem as dificuldades e/ou potencializarem as atividades direcionadas a extensão rural que apresentam atualmente o Ruraltins que contribuísse para o desenvolvimento local, foram praticamente unânimes ao serem expostas; o que nos leva a crer uma proximidade real do trabalho extensionista com a realidade vivenciada, observada e posta. São respostas com representações nas áreas ambientais, sociais e de produção agropecuária, trazendo em cada conceito expostos suas particularidades.
- 8- Por fim, ficou evidente que ao se tratar de povos tradicionais e um possível desenvolvimento local na extensão rural, foi quase unânime crerem que “um ao outro” se completam, e que praticamente não existem atividades voltadas aos povos tradicionais sem que não sejam pensadas para o DL. A visão dada ao DL neste quesito é colocada pelos profissionais da assistência técnica via diferentes realidades assistidas, o que nos remete a acreditar que através das declarações dadas, há um considerado respeito sobre suas vivências, valorização dos costumes, incentivo ao resgate cultural de alguns, bem como o pensamento de modernização da cadeia produtiva através do acesso as políticas públicas. Mas também em alguns momentos foi notório traços ainda carregados de conceitos de base difusionistas quando direcionados as práticas de ATER.

Deste modo, a pesquisa nos mostrou que os povos tradicionais que são assistidos pela assistência técnica do Ruraltins são compreendidos de acordo com suas mais variadas vivências e modos de vida que se apresentam, na maneira singular de cada povo localizado e/ou descoberto, levando suas técnicas aprendidas no decorrer das experiências vivenciadas, tentando compreender e trocar conhecimentos que os levem para uma melhoria de condição de vida, entre elas geralmente estão ainda as atividades agropecuárias, seguidas dos acompanhamentos sociais e ambientais oferecidos. Em sua maioria são oferecidas e trabalhadas via políticas públicas governamentais existentes e de acordo com cada necessidade específica aparecida.

Destarte, o desenvolvimento local foi visto e compreendido pelos/as extensionistas como um fator de contribuição e valorização nas práticas extensionistas, quando esta é

realizada por meio da participação e do diálogo do/a produtor/a familiar, estabelecendo uma ligação entre as partes interessadas, com intuito de realizar uma melhoria significativa na vida das famílias assistidas, respeitando sempre as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais relativas a um território/região, tendo como foco principal a emancipação.

Assim, estas análises foram realizadas baseadas num estudo de caso, no qual o Ruraltins, via extensionistas rurais, participaram de forma conduzida por amostragens, onde por meio do recorte dado e as respostas apresentadas que nos conduziram a tais resultados, foram de suma importância na esfera que compreendem a assistência técnica voltadas as famílias agricultoras familiares, os povos tradicionais, o desenvolvimento local e o processo de extensão rural no Estado do Tocantins. Deste modo, apesar das dificuldades expostas, tem-se apresentado na condução dos serviços prestados pelo instituto, traços que acreditamos conduzir para um possível desenvolvimento local, via concepção dos povos tradicionais.

Convém ainda lembrar que a pesquisa se centrou na compreensão, dos sentidos em torno de extensão rural, agricultura familiar, povos tradicionais e desenvolvimento local, tendo como resultado o que se apresentou nesta dissertação. Mas certamente ao falar ou verbalizar sobre algumas dessas categorias, o/a participante dessa pesquisa tinha também como referência a sua prática profissional. Neste sentido, em alguns casos pode ter ocorrido alguma tendência a idealização, o que a pesquisadora respeitou na íntegra das respostas a ela encaminhada. Certamente se a pesquisa houvesse se concentrado mais objetivamente em aspectos relacionados a infraestrutura a condições materiais para o trabalho de extensão ou até mesmo sobre políticas públicas federais, estaduais ou municipais, os resultados possivelmente seriam outros, dada a diferença da natureza do problema de pesquisa.

Portanto, faz-se necessário estudos mais aprofundados dentro dessas conjunturas nas quais se apresentam a realidade das atividades extensionistas, visto que é observada como uma ferramenta eficaz e necessária quando se trata do acompanhamento, dialogicidade e compreensão desses atores que compõe o cenário da agricultura familiar e especificamente os povos tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, J. M. P. – **Anais da Província de Goiás**, Editora: Ipiranga, 1979.

ARRUDA, Rinaldo. “**Populações tradicionais**” e a **proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**”. *Ambiente & Sociedade* - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999.

BARROS, Otávio. **Breve História do Tocantins**, 1º edição, FIETO, Araguaína, 1996

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: População estimada em 2013 de 1.478.164 com 139 municípios, população em 2010 de 1.383.445 em uma área de 277.720.520 área (Km²). Acesso: 22 de abr. de 2014.

BRASIL. Ministério dos Transportes – Secretaria de Política Nacional de Transportes. **Bacias do Tocantins**. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/TocantinsAraguaia.aspx> Acesso: 15 jul 2014.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – IBAMA – **Parque Nacional do Araguaia – Tocantins**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaiaa.pdf. Acesso: 13 Mai 2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos. **Caderno da Região Hidrográfica - Tocantins – Araguaia**, Brasília – DF, Novembro, 2006.

BRASIL, MMA – Ministério do Meio Ambiente; ANA – Agência Nacional de Águas. **Documento Base de Referência – Plano Nacional de Recursos Hídricos**. 2003. 383p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), **Grupo de Trabalho Ater**. “**Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004**”.

Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf
Acesso: 23 Set 2013.

BRASIL, **Política nacional de assistência Técnica e Extensão rural – PNATER**, lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso: 23 Fev. 2015.

BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República – Casa Civil - Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso: 09 jun. 2015.

BRASIL, Portal Brasil. **Estados do Brasil – Tocantins**. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/estados_to.htm
Acesso em: 15 de jan. de 2014.

BRASIL, **Secretaria do Patrimônio da União – Tocantins – SPU. Imagens.** Disponível em: <https://gestao.patrimoniode.todos.gov.br/gerencias-regionais/grpu-to/imagens>
Acesso: 12 Jun 2014.

BRUM, ARGEMIRO J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 19ª Edição. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011 11858 - Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas Ater Law: Exclusion of Agroecology and other traps.** 1 Núcleo de Agroecologia e Campesinato-NAC e OBSERVATER, UFRPE. caporalfr@gmail.com

ENGEVIX – Engenharia S.A. **Usos Múltiplos da Água – AHE Santa Isabel.** 2001. CD-ROM.

FIDELIS, Lourival de Moraes, BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira, LOPES, Davi Gabriel, RODRIGUES, Tânia Regina Inácio. **A Nova PNATER: Uma análise de sua tramitação pelo congresso.** 4º encontro da Rede de Estudos Rurais - Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político 06 a 09 de julho de 2010, UFPR, Curitiba (PR)

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Paz e Terra. 6ª edição. Rio de Janeiro, 1982.

_____, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra:1988.

_____, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra:1975.

GARCIA, R. W. D. **Reflexos da globalização da cultura alimentar: Considerações sobre as mudanças na alimentação urbana.** Revista de Nutrição. v. 16, n 4, pág. 483, 2003.

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity.** Cambridge: Polity Press, 1990.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** P. 25 Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_tipos_fundamentais.pdf> Acesso em: 06 de jan. 2014. Instituto de Política, 2000.

GRUPO REDE/EDP BRASIL/FURNAS/ENGEVIX Engenharia S.A. **Estudos de Viabilidade – AHE São Salvador.** Volume I. 2001. CD-ROM.

Ilda Helena Oliveira Nunes - **IV Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional. Mapeamento do Extrativismo no Estado do Tocantins, Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB.** Disponível em: <http://www.ispn.org.br/arquivos/h.pdf>
Acesso: 23 Mai 2014

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local** in: CATTANI, Antonio David (org). A outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JESUS, Paulo de. Sobre Desenvolvimento Local e Sustentável: Algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa **In: Gestão do desenvolvimento local sustentável**. MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos (org). Recife: Editora Edupe, 2007. Págs. 17-37.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Filipe Augusto Xavier. **A agroecologia e extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde – Pernambuco - 2011**. 143 f. : il.

Maciel, Michelle Cristina Rufino. Economia Solidária, extensão rural, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional – algumas relações: um estudo de caso junto a cooperativa para o desenvolvimento sustentável de São Vicente Ferrer-PE / Michelle Cristina Rufino Maciel. – Recife, 2012.154 f. :il.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PALACIN, Luís, MORAES, Maria Augusta Sant’anna. **História de Goiás (1722-1972)** 5. ed. Goiânia: UCG, 1989.

QUEIROZ, Patrícia Gouveia. **XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” 1 Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.

SILVA, Marina Osmarina, **Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2014.

SILVEIRA, L. B.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, V. F. **Pluriatividade na Agricultura Familiar, as Diferentes Visões Teóricas. Trabalho apresentado no VI Encontro – Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção 2004**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> Acesso em 15 abr. 2014.

_____, **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. Diretrizes**. Disponível em: <http://ruraltins.to.gov.br/> Acessado: 14 de jan. de 2014. Acesso: 23 maio 2015.

_____, **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**. Secretaria do Patrimônio da União, 2014. Disponível em: <http://patrimoniodetodos.gov.br/gerencias-regionais/grpu-to>. Acesso: 12 Out 2014

TOCANTINS, **Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins**. Disponível em: <http://ruraltins.to.gov.br/noticia/2015/2/11/motivar-os-profissionais-da-ensino-rural-e-prioridade-do-novo-presidente-do-ruraltins/> Acesso em: 20 Fev de 2015.

TOCANTINS, **Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Formação dos Arraias**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/d-formacao-dos-arraiais/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Decadência da Produção**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/f-decadencia-da-producao/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Controle das Minas**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/e-o-controle-das-minas/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Criação da Comarca do Norte**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/h-criacao-da-comarca-do-norte-1809/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Subsistência da população e a integração econômica**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/g-subsistencia-da-populacao-e-a-integracao-economica/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Movimento separatista do norte de Goiás**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/i-movimento-separatista-do-norte-de-goias-1821-a-1824/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Trajetória de luta pela criação do Tocantins**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/j-trajetoria-de-luta-pela-criacao-do-tocantins/> Acesso: 18 Out 2014.

_____**Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Criação do Estado do Tocantins**. Disponível em: <http://cultura.to.gov.br/l-criacao-do-estado-do-tocantins-1988/> Acesso: 18 Out 2014.

TOCANTINS, **Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins. Curta o turismo de aventura no Parque Estadual do Jalapão, em Palmas**. Disponível em: <http://blog.encontrosuaviagem.com.br/experiencias-em-viagens/curta-o-turismo-de-aventura-no-parque-estadual-do-jalapao-em-palmas> Acesso: 23 Mai 2014.

TOCANTINS, **Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins. Ilha do Bananal**. Disponível em: <http://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/ilha-do-bananal/> Acesso: 23 Mai 2014.

TOCANTINS, **Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins – Cantão** Disponível em: <http://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/lagos-e-praias-do-cantao/> Acesso: 14 mai 2014

TOCANTINS, **Portal Tocantins. Artesanato – buriti e Babaçu.** Disponível em: <http://portal.to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/artesanato/buriti-e-babacu/> Acesso: 23 Mar 2015

VEIGA, José Eli. **Política Agrícola Diferenciada**; in: Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica, editado por Erly Cardoso Teixeira e Wilson C. Vieira, Viçosa, MG: IFV-FAPE, 1996, p. 14.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

APÊNDICE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

QUESTIONÁRIO

1) Caracterização do (a) Extensionista Rural.

- Trabalha como Extensionista Rural desde o ano _____.

- No Instituto você está como:

() Nível superior () Nível médio

- Sua formação na graduação foi em _____, na universidade _____
_____na cidade de _____ Estado _____.

- Sua formação no ensino médio foi em _____, na (o) _____
na cidade de _____ Estado _____.

- Na maior parte de seu tempo no Ruraltins, você trabalha com:

() Chamadas públicas

() Convênios

() Demandas diárias de produtores familiares

OBS: Pode assinalar mais de uma opção como resposta

C) Do público atendido no campo, você já teve alguma experiência com povos tradicionais?

() Sim () Não

Quais?

E) Na sua experiência profissional enquanto extensionista rural, você acredita que assistir famílias e povos tradicionais deve existir uma certa diferenciação quando comparadas com povos não tradicionais? Por que?

3) Sobre Desenvolvimento Local:

A) Como você define Desenvolvimento Local?

B) Descreva uma situação real que traduz sua ideia de Desenvolvimento Local numa comunidade.

C) Quais as facilidades que a Extensão Rural no Ruraltins apresenta para desenvolver um trabalho que contribua para o Desenvolvimento Local?

D) O que você sugere para potencializar ou otimizar essas atividades?

E) Quais as dificuldades que a Extensão Rural no Ruraltins apresenta para desenvolver um trabalho que contribua para o Desenvolvimento Local?

F) O que você sugere para minimizar ou eliminar essas dificuldades?

G) Na sua opinião, qual a relação que existe de povos tradicionais e um possível Desenvolvimento Local?

Araguaína, 23 de Janeiro de 2015.

COMUNICADO

Senhor Presidente,

Sou Silvana Luna de Andrade, Economista Doméstica, formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Faço parte do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, como Extensionista Rural desde agosto de 2013.

Antes de assumir o cargo, iniciei o mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE em Recife e agora estou em fase de pesquisa. Minha investigação está direcionada á relação “*Extensionista Rural, Desenvolvimento Local e Povos Tradicionais*”, estudando o caso do Estado do Tocantins, especificamente no nosso Instituto.

Deste modo, venho através deste informa-lo que estarei durante o mês de fevereiro contando com a colaboração de alguns colegas extensionistas das unidades regionais do Ruraltins para responder via e-mail um questionário, o qual será usado como ferramenta de coleta de dados.

As questões do questionário a ser utilizado irão contribuir de forma direta para a caracterização do nosso trabalho Extensionista no Estado. Igualmente, no final da mesma poderemos compreendê-lo um pouco dentro do nosso próprio contexto e dos Povos Tradicionais assistidos.

Por fim, enfatizo e asseguro que em nenhum momento será exposto o nome do(a) funcionário(a).

Grata.

Silvana Luna de Andrade.

Araguaína, __ de janeiro de 2015.

Prezado (a) colega,

Sou Silvana Luna de Andrade, Economista Doméstica, formada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Faço parte do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, como Extensionista Rural desde agosto de 2013.

Antes de assumir o cargo, iniciei o mestrado de Extensão Rural e Desenvolvimento Rural – POSMEX na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE em Recife e agora estou em fase de pesquisa. Minha investigação está direcionada á relação “*Extensionista Rural, Desenvolvimento Local e Povos Tradicionais*”, estudando o caso do Estado do Tocantins.

Deste modo, convido você para colaborar nesta pesquisa, respondendo as questões do presente questionário e assim, contribuir de forma direta para a caracterização do nosso trabalho Extensionista no Estado. Igualmente, no final da mesma poderemos compreendê-lo um pouco dentro do nosso próprio contexto e dos Povos Tradicionais assistidos.

Por fim, enfatizo e asseguro que em nenhum momento será exposto o nome do (a) funcionário (a). Peço por gentileza que usem a cor vermelha ao responder.

Grata.